



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL

TOMADA DE CONTAS ANUAL DA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DPF NO ESTADO
DE MATO GROSSO DO SUL

2007

PROCESSO Nº 08335.000305/2008-15

VOLUME I

2ª VIA

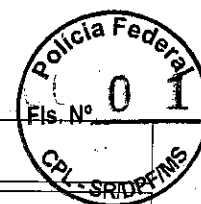
Órgão da administração direta do Poder Executivo

CNPJ – 00.394.494/0084-63

Rua Fernando Luiz Fernandes, 322, Vila Sobrinho, Campo Grande/MS –
Telefone 3368-1100, Fax 3368-1169

www.dpf.gov.br

	CGU - Regional / MS
	RECEBEMOS
29 / 02 / 2008	
As 15 horas e 45 minutos	



2. ROTEIRO DE VERIFICAÇÃO DE PEÇAS E CONTEÚDOS – EXERCÍCIO 2007

Tomadas de Contas dos ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO

ÓRGÃO/ENTIDADE	RECURSOS GERIDOS (art. 3º, §2º DN)
SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM MS	
RESPONSÁVEL PELA JUNTADA DOS DOCUMENTOS – PEÇAS EXIGIDAS (art. 14, IN/TCU 47/2004)	LOCALIZAÇÃO (*) (Volume / fls.)
I. UNIDADE	
I. Declaração do dirigente máximo da unidade jurisdicionada sobre a fidedignidade de informações constantes do rol de responsáveis, contidas em banco de dados informatizado.	002
II. Relatório de Gestão com os conteúdos do anexo II apresentados em títulos específicos, destacando a localização dos itens abaixo discriminados	004
• Demonstrativo sintético de TCE, conforme indicado no item 14 do Anexo II (Deve ser apresentado e capeado em volume destacável das contas com numeração própria de suas folhas)	074
• Demonstrativo relacionando TCE, conforme indicado no item 12 do Anexo II	074
• Demonstrativo contendo informações de danos ressarcidos, conforme indicado no item 13 do Anexo II	075
III. Informações contábeis	076
• Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada sobre as informações constantes do Siafi	078
• Demonstrativo dos pagamentos de despesas de natureza sigilosa, incluindo aqueles efetuados mediante suprimento de fundos	082
IV. Declaração da Unidade de Pessoal quanto ao atendimento por parte dos responsáveis da obrigação de apresentação da declaração de bens e rendas	089
V. Relatórios e pareceres de instâncias que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão	091
• Relatório emitido pelo órgão de correição com a descrição sucinta das Comissões de Inquérito e Processos Administrativos Disciplinares instaurados na unidade jurisdicionada no período com o intuito de apurar dano ao Erário, fraudes ou corrupção	065
LOCAL/DATA CAMPO GRANDE/MS 29 de fevereiro de 2008	ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL
2. ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	
VI. Relatório de auditoria de gestão, emitido pelo órgão de controle interno competente	
VII. Certificado de auditoria emitido pelo órgão de controle interno competente	
SITUAÇÃO	
1 () A Tomada de Contas está constituída de todas as peças relacionadas no art. 14 da IN/TCU 47/2004 e conteúdos constantes dos Anexos II a VIII da DN/TCU __/200__, estando em condição de ser encaminhada ao TCU.	
2 () Ausente(s) na Tomada de Contas a(s) peça(s)/conteúdo(s) exigido(s) pela IN/TCU 47/2004 e pela DN/TCU __/200__, relacionado(s) abaixo, com a respectiva justificativa, se houver:	
LOCAL/DATA	ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL
3. ASSESSOR ESPECIAL / SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO	
IX. Pronunciamento ministerial ou da autoridade equivalente	
LOCAL/DATA	ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL

(*) Nos casos em que a UJ não tenha conteúdos objetivos para compor a peça requerida, escrever "não se aplica".



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



Tomada de Contas
2007

ITEM

I



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



DECLARAÇÃO

Declaro para fins de Relatório de Gestão exercício 2007, que as informações constantes do Rol de Responsáveis contidas no banco de dados do sistema SIAFI são fidedignas e se encontra atualizado até a presente data e corresponde a expressão da verdade.

Campo Grande/MS, 18 de fevereiro de 2008.

RUBENS GRANDINI
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional em exercício



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



Tomada de Contas
2007

ITEM

II

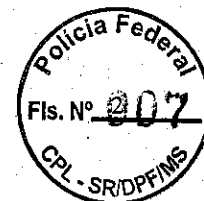


Relatório de Gestão
Superintendência da Polícia Federal em Mato
Grosso do Sul.



SUMÁRIO

1. Identificação	2
2. Responsabilidades institucionais	3
2.1. PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	3
3. Estratégia de atuação	14
4. Desempenho operacional	
Anexo A - Demonstrativo de tomadas de contas especiais (conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)	
Anexo B - Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007).....	
Anexo C - Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item I-1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)	
Anexo D - Recomendações de órgãos de controle (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)	



1. Identificação

Tabela 1 – Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla	Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul	
Natureza jurídica	Órgão da administração direta do Poder Executivo	
Vinculação ministerial	Ministério da Justiça	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Criação: Portaria nº 77 de 12 de março de 1965. Atribuições e competências: Art. 144 da Constituição Federal; Portaria nº 1.825, de 13 de outubro de 2006, DOU nº 198, de 16/10/2006; Estrutura: Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, DOU de 16.3.2007.	
CNPJ	00.394.494/00084-63	
Nome e código no SIAFI	DPF – SUPERINTEND. REG. DEP. POLICIA FEDERAL/MS - 200354	
Código da UJ titular do relatório	200041	
Códigos das UJ abrangidas	Não consolida outras unidades.	
Endereço completo da sede	Rua Fernando Luiz Fernandes, 322, Vila Sobrinho, Campo Grande/MS, CEP 79110-503, TEL 67-3368-1187.	
Endereço da página institucional na internet	Usar o padrão: http://www.dpf.gov.br	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento.	
Função de governo predominante	Segurança Pública.	
Tipo de atividade	Policial.	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Primária	200041
	Tesouro	200354
	Funapol	200355



2. Responsabilidades institucionais

2.1. Papel da unidade na execução das políticas públicas

2.1.1 Normas de atuação

As atribuições da Polícia Federal estão definidas no Art. 144 da Constituição Federal:

“§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”

Além da Constituição Federal as normas abaixo também noteiam a atuação da Instituição:

- Lei Complementar nº 089/1997 (Institui FUNAPOL);
- Lei nº 2.889/1956 (crime de genocídio);
- Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP);
- Lei nº 5.010/1966 (Organiza Justiça Federal)
- Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do Índio);
- Lei nº 6.815/1980 e Decreto nº 86.715/1981(Estrangeiros);
- Lei nº 7.102/1983 (Segurança Privada);
- Lei nº 7.170/1983 (Crimes contra a Segurança Nacional, a Ordem Política e Social);
- Lei 9.017/1995 (Segurança Privada);
- Lei nº 9.807/1999 (Proteção a Testemunhas);
- Lei nº 10.357/2001 (Produtos Químicos);
- Lei nº 10.446/2002 (Crimes de repercussão Interestadual);
- Lei nº 10.683/2003 (Organização da Presidência da República);
- Lei nº 10.826/2003 (SINARM);
- Decreto-lei nº 6.378/1944 (Transformou Polícia Civil do DF em DFSP);
- Decreto-Lei nº 9.353/1946 (novas atribuições DFSP);
- Decreto nº 1.983/1996 (Passaporte);
- Decreto nº 5.834/2006 (Regimento do MJ);
- Portaria MJ nº 1.300, de 04 de setembro de 2003. (Regimento interno DPF);
- Instrução Normativa Nº 013/2005-DG/DPF (competências e atribuições das unidades do DPF).



Conforme a legislação acima referenciada, é possível sistematizar e classificar as diversas atribuições do Departamento de Polícia Federal em dois ramos ou gêneros finalísticos distintos:

1) **Polícia Judiciária**, que tem a função precípua de apurar infrações penais e a sua autoria por meio do inquérito policial, procedimento administrativo com característica inquisitiva, que serve de base à pretensão punitiva do Estado formulada pelo Ministério Público, titular da ação penal pública (art. 129, I, da CF).

2) **Polícia Administrativa**, que tanto pode agir preventivamente, como repressivamente, atingindo bens, direitos e atividades, com objetivo de impedir que o comportamento do indivíduo ou das empresas e instituições, cause prejuízos para a coletividade.

O que efetivamente diferencia Polícia Administrativa de Polícia Judiciária é que a primeira se predispõe unicamente a impedir ou paralisar atividades anti-sociais enquanto a segunda se pré-ordena a responsabilização dos violadores da ordem jurídica.

Diferenciam-se ainda ambas as polícias pelo fato de que o ato fundado na polícia administrativa exaure-se nele mesmo. Dada uma injunção, ou emanada uma autorização, encontram-se justificados os respectivos atos, não precisando ir buscar o seu fundamento em nenhum ato futuro.

A polícia judiciária busca seu assento em razões estranhas ao próprio ato que pratica. A perquirição de um dado acontecimento só se justifica pela intenção de futuramente submetê-lo ao Poder Judiciário. Desaparecida esta circunstância, esvazia-se igualmente a competência para a prática do ato.

Atribuições de polícia administrativa

Integrante do Sistema de Segurança Pública, cujo objetivo é a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, em razão das disposições Constitucionais e Infra-Constitucionais, elencadas mais acima, a Polícia Federal exerce outras atribuições inerentes ao Poder de Polícia da Administração Pública, que podem ser denominadas de **POLÍCIA ADMINISTRATIVA** em distinção às atribuições de **POLÍCIA JUDICIÁRIA**.

A Polícia Administrativa tem caráter preventivo e repressivo, e objetiva, não a apuração de infrações penais, mas sim, a limitação ou regulação de direitos, interesses ou liberdades, essencialmente legítimos, mas que em decorrência do Poder Discricionário e tendo por fundamento, normas legais, a Administração Pública se vê compelida a disciplinar, regulamentar e fiscalizar.

Para fins de classificação das atribuições, identificadas com as atividades de POLÍCIA ADMINISTRATIVA, é possível discriminar as seguintes espécies:

1) **Controle Migratório:** Atividade que limita, disciplina e regulamenta o direito de ir e vir de cidadãos brasileiros e estrangeiros. Para cumprir essa atribuição, a Polícia Federal executa medidas de fiscalização e controle, cumprindo regras estabelecidas para a entrada, saída e permanência no território brasileiro.

Fundamento Legal: Lei nº 6.815/1980 (Estatuto do Estrangeiro).

2) **Controle de Armas:** A Polícia Federal desempenha importante atribuição administrativa, como responsável pelo gerenciamento do Sistema Nacional de Armas – SINARM, executando atividades relacionadas ao registro, posse e comercialização de armas de fogo e munições. Essa atribuição limita e controla importante setor da atividade econômica e ainda o direito de propriedade dos cidadãos brasileiros.

Fundamento Legal: Lei nº 10.826/2003 (SINARM).

3) **Controle de Segurança Privada:** atribuição da Polícia Federal que define regras para o funcionamento dos serviços de segurança privada em estabelecimentos financeiros, bem como normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e transporte de valores dentre outros.

Fundamento Legal: Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995.

4) **Controle de Precursores Químicos:** Atribuição exercida pela Polícia Federal tendo por escopo principal controlar o uso de precursores químicos que possam ser utilizados para o preparo de substâncias entorpecentes, sendo importante atividade para o combate ao tráfico de drogas. Também aqui, se busca disciplinar e regulamentar atividade econômica relevante, estabelecendo normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos.

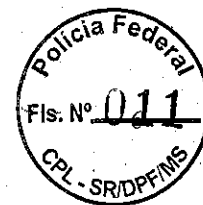
Fundamento Legal: Lei nº 10.357/2001.

5) **Controle de Dignitários:** A execução em colaboração com as autoridades dos Estados, de medidas tendentes a assegurar a incolumidade física de Diplomatas e visitantes oficiais estrangeiros, bem como dos demais representantes dos Poderes da República, quando em missão oficial;

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP)

6) **Controle de Identificação Criminal e Civil:** a coordenação e a interligação, no país dos serviços de identificação datiloscópica, civil e criminal.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).



7) Controle do Patrimônio da União: Cabe ao Departamento de Polícia Federal, inclusive mediante a ação policial necessária, coibir a turbação e o esbulho possessórios dos bens e dos próprios da União e das entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta.

Fundamento Legal: Lei nº 10.683/2003 (organização da Presidência)

8) Estatística Criminal: A estatística judiciária criminal, a cargo do Instituto Nacional de Identificação tem por base os boletins individuais, que são parte integrante dos processos criminais.

Fundamento Legal: Código de Processo Penal.

9) Outros Serviços de Policiamento atribuídos à União: atribuição inerente ao Poder de Polícia da Administração Pública Federal.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964, art. 1º, letra "n".

Talvez ainda possam ser incluídas nessa relação outras três atribuições:

10) Controle de Conflitos Fundiários: acompanhar inquéritos relacionados aos conflitos agrários ou fundiários e os deles decorrentes, quando se tratar de crime de competência federal, bem como prevenir e reprimir esses crimes. (Talvez se amolde melhor à POLÍCIA JUDICIÁRIA ?).

Fundamento Legal: Decreto nº 5.834/2004 (estrutura do MJ).

11) Representação Externa: a cooperação, com os serviços policiais relacionados com a criminalidade internacional, representando o país na OIPC - INTERPOL;

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

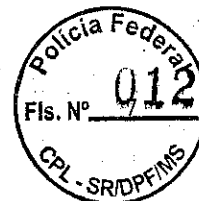
12) Apoio técnico a Estados e Distrito Federal: a prestação de assistência técnica e científica, de natureza policial aos Estados, Distrito Federal e Territórios, quando solicitada.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

Atribuições de polícia judiciária

No tocante às atribuições de **POLÍCIA JUDICIÁRIA**, em que exerce com exclusividade as atividades de Polícia Judiciária da União, a Constituição Federal, prevê que a Polícia Federal, de acordo com o art. 144 da Constituição Federal, destina-se a:

- Apurar infrações penais em detrimento de Bens, Serviços e Interesses da União, suas entidades Autárquicas e Empresas Públicas;
- Apurar infrações penais contra a Ordem Política e Social;
- Reprimir o contrabando e o descaminho;



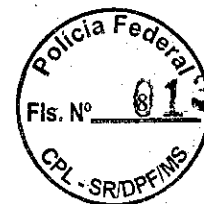
- Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;

1 – Apurar infrações penais em detrimento de Bens, Serviços e Interesses da União, suas entidades Autárquicas e Empresas Públicas; (lista exemplificativa)

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	contra o patrimônio arqueológico
2	crimes na exploração de energia nuclear
3	praticado contra o meio ambiente
4	crimes falimentares
5	de representação caluniosa por improbidade administrativa
6	de responsabilidade contra o meio circulante
7	de trânsito
8	praticado com abuso de autoridade
9	praticado com abuso do poder econômico
10	praticado contra a criança e adolescente
11	praticado contra a economia popular
12	praticado contra a lei de parcelamento do solo urbano
13	praticado contra a ordem econômica
14	praticado contra a ordem tributária
15	praticado contra a propriedade industrial
16	praticado contra a propriedade intelectual
17	praticado contra as normas de licitações
18	praticado contra as normas de locação
19	praticado contra as relações de consumo
20	praticado contra criança e adolescente
21	praticado contra o mercado de capitais
22	praticado contra o sigilo bancário
23	praticado contra o sistema financeiro da habitação
24	praticado contra o sistema financeiro nacional
25	praticado para lavagem de dinheiro
26	praticado por organização criminosa
27	crimes previdenciários
28	de desvio de crédito e financiamento
29	de interceptação de comunicações
30	praticado contra a administração da justiça
31	praticado contra o serviço de radiodifusão
32	praticado contra os serviços de telecomunicações
33	praticado contra os serviços postais
34	Relacionados à situação jurídica do estrangeiro

2 – Apurar infrações penais contra a Ordem Política e Social; (lista exemplificativa)

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	crimes eleitorais



SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
2	de deserção e engajamento
3	de discriminação
4	de genocídio
5	de responsabilidade
6	de tortura
7	de tráfico de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano
8	praticado contra a liberdade de imprensa
9	praticado contra a organização do trabalho
10	praticado contra a segurança nacional, a ordem política e social
11	praticado contra comissão parlamentar de inquérito
12	praticados contra os índios
13	relacionados com arma de fogo
14	praticado contra a reforma agrária
15	praticado contra a biosegurança
16	praticado contra os direitos humanos
17	de terrorismo

3 - Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	tráfico ilícito de drogas
2	Uso ilícito de drogas

2.1.2 Estruturação das ações

Dentro do PLANO PLURIANUAL – PPA - (lei nº 10.933/2004 alterada pela lei nº 11.318/2006) a Polícia Federal esta inserida no **MEGA-OBJETIVO III**, plano do atual governo, **Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.**

Atingir este objetivo pressupõe a superação do que o Governo chama de DESAFIOS. No caso da Polícia Federal ela contribui para a superação do desafio nº 28 do plano de governo, tendo como diretrizes de atuação para a polícia federal:

A - Garantir a segurança pública com a implementação de políticas públicas descentralizadas e integradas.

DIRETRIZES

1. Articulação das três esferas da Federação no desenvolvimento de ações de segurança pública, inclusive ampliando o sistema de inteligência;
2. Integração das políticas públicas voltadas para a redução da criminalidade e a prevenção da violência;
3. Prevenção e combate ao crime organizado, especialmente ao contrabando, ao narcotráfico, ao comércio ilegal de armas e à lavagem de dinheiro;



4. Implementação de programas de integração das polícias;
5. Adoção do policiamento comunitário;
6. Reestruturação dos sistemas penal e prisional, inclusive sob o ponto de vista da reinserção social do egresso;
7. Promoção da parceria com a sociedade civil na implementação e gestão das ações de segurança pública;
8. Prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas;
9. Humanização das instituições e valorização dos profissionais de segurança pública;
10. Combate à impunidade;
11. Garantia da integridade de testemunhas e seus familiares.

B. Implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão.

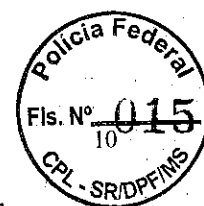
DIRETRIZES

1. Implementação de mecanismos de avaliação e de controle social das ações governamentais;
2. Melhoria da qualidade do gasto público mediante o aperfeiçoamento e integração dos sistemas de planejamento, orçamento, finanças, controle e avaliação;
3. Ampliação e fortalecimento da participação social na gestão pública, com ênfase no diálogo e na concertação com a sociedade;
4. Garantia da publicidade e da facilidade de acesso às informações e atos da gestão pública;
5. Aperfeiçoamento dos mecanismos de descentralização da gestão governamental, com ênfase em novas formas de articulação e na capacitação das equipes locais;
6. Garantia da qualidade dos dados e das informações, inclusive com a integração dos sistemas corporativos da União;
7. Implementação da contabilidade de custos e gerencial por programas;
8. Criação e aperfeiçoamento de controles gerenciais voltados para resultados da ação governamental;
9. Fortalecimento das instituições de controle da administração pública;
10. Conscientização da sociedade quanto à responsabilidade comum sobre a coisa pública;
11. Combate à impunidade.

C. Combater a corrupção.

DIRETRIZES:

1. Fortalecimento das instituições de controle da administração pública;
2. Ampliação dos mecanismos de combate à improbidade administrativa;



3. Integração e coordenação de ações preventivas e coercitivas, no combate e na dissuasão da corrupção.

A efetivação da execução das atividades que contribuirão para alcance dos objetivos foi promovida pela institucionalização do Programa Combate à Criminalidade (0662), o qual abrange todas as ações consideradas necessárias ao cumprimento das atribuições do órgão, o qual conta também com outro programa de apoio: O Programa Modernização da Polícia Federal (1353) que tem a finalidade de proporcionar infra-estrutura e equipamentos de suporte a atividade-fim da instituição.

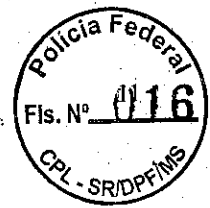
O Programa 0662 - Combate à Criminalidade, tem por objetivo intensificar o combate à criminalidade no País mediante o fortalecimento da repressão às organizações criminosas e das demais operações policiais de competência federal, buscando a integração permanente com os demais órgãos de segurança pública.

As principais ações destinadas a este objetivo são:

Ação nº 2680 - Combate ao Crime Organizado, ao Tráfico Ilícito de Drogas e Armas e à Lavagem de Dinheiro, a qual tem a finalidade de combater o crime organizado em todas as suas modalidades, notadamente o tráfico ilícito de armas e de entorpecentes, o roubo de cargas e a lavagem de dinheiro, atuando de forma integrada com outros órgãos, como Forças Armadas, Receita Federal, Banco Central, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Estaduais e outros.

Ação nº 2820 - Operações de Caráter Sigiloso, que tem a finalidade de planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.

Ação nº 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União, para o combate o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.



2.1.2 Realizações e principais resultados:

A Superintendência de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul em Mato Grosso do Sul tem na segurança pública a sua principal função institucional e o seu principal programa de ação de governo, procurando superar as limitações de pessoal e de estrutura, se desdobrando para combater o crime organizado em suas mais diversificadas formas.

O Estado de Mato Grosso do Sul apresenta grandes desafios na área de segurança, tendo em vista as fronteiras com a Bolívia e Paraguai, o que exige desta Regional uma atuação contínua para evitar os mais variados crimes, destacando o de tráfico de drogas e contrabando.

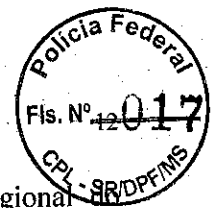
Segue abaixo o relato das principais realizações desta Regional que foram objeto de destaque na imprensa local e nacional:

FEVEREIRO – 2007 A Polícia Federal, em investigação levada a efeito com a participação da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado de Mato Grosso do Sul, realiza a prisão de 21 pessoas acusadas de participar de organização criminosa voltada ao contrabando de agrotóxicos no Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. As investigações apontaram o envolvimento de 26 pessoas na atividade ilegal. A Justiça expediu mandado de prisão para 22 delas e outros 18 mandados de busca e apreensão. Foram recolhidos vários documentos, embalagens e rótulos, além de automóveis, caminhonetes blindadas e lanchas de luxo.

O agrotóxico era comprado no comércio paraguaio e colocado em embalagens fabricadas em Maringá, no norte do Paraná. Os rótulos eram feitos por uma gráfica de Guaíra. Depois entrava clandestinamente por meio de barcos que cruzavam o lago de Itaipu. Para conseguir maior lucratividade, o agrotóxico era misturado a outros produtos químicos mais baratos.

MARÇO – 2007 A Polícia Federal, em investigação levada a efeito durante 08 (oito) meses, com a participação da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado de Mato Grosso do Sul, através da Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, realiza a prisão de integrantes de organização criminosa internacional especializada na falsificação de dinheiro, que agia no Distrito Federal e Entorno. Quatro pessoas foram detidas em uma operação simultânea na capital federal e em Ponta Porã (MS). O bando estava com R\$ 595,7 mil em cédulas falsas de R\$ 20 e R\$ 50.

MARÇO – 2007 A Polícia Federal, em investigação levada a efeito pela Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado de Mato Grosso do Sul, deflagra a Operação “ARTÊMIS III” com objetivo de dar cumprimento a 33 mandados de busca e apreensão, com ações simultâneas nas cidades de Campo Grande (22 Mandados), Três Lagoas (2 Mandados), Bataguassu (1 Mandado), Dourados (1 Mandado), Corumbá (6 Mandados) e Ladário (1 Mandado), objetivando a apreensão de máquinas CAÇA-NÍQUEIS, cujos componentes seriam contrabandeados.



JUNHO – 2007

A Polícia Federal, através da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado de Mato Grosso do Sul, desencadeia a operação “Sabinas” que se destina a cumprir mandados de busca e apreensão e mandados de prisão temporária de envolvidos com a prática de crimes de tráfico internacional de pessoas, rufianismo, casa de prostituição, formação de quadrilha e tráfico de drogas.

Com a participação de mais de 70 policiais federais, em Mato Grosso do Sul são cumpridos sete mandados de busca e apreensão e cinco mandados de prisão; no Estado de São Paulo são cumpridos quatro mandados de busca e apreensão e três mandados de prisão; e, no Maranhão são cumpridos dois mandados de busca e apreensão e um mandado de prisão.

Resultado de inquérito instaurado no mês de fevereiro de 2007 pela Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, constatou-se ainda que a quadrilha fatura cerca de R\$ 1 milhão por mês, na atividade de aliciamento de pessoas para o tráfico internacional de seres humanos, neste caso específico, de mulheres para fins de prostituição na Espanha, constatou-se que a quadrilha age em três fases distintas: recrutamento, viabilização de viagem e exploração sexual.

Para coleta de provas a PF utilizou-se de interceptações telefônicas, filmagens, fotos, relatórios de vigilância, comprovantes de emissão de passagens entre outros meios legais. O Brasil foi um dos países signatários da Convenção de Palermo de 2000, na qual, entre outras providências, há o comprometimento dos países participantes em combater o tráfico internacional de pessoas. Portanto, compete à Justiça Federal o processamento de tal crime.

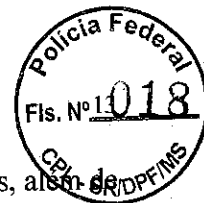
JUNHO – 2007

A Polícia Federal, através da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado de Mato Grosso do Sul, desencadeia a operação “Xeque-mate”, resultado de dois inquéritos policiais que foram conduzidos pela Delegacia Especializada de Repressão a Crimes Fazendários da Superintendência Regional da Polícia Federal no Mato Grosso do Sul. A ação tem como objetivo cumprir Mandados de Busca e Apreensão e Mandados de Prisão Temporária contra envolvidos em crimes como contrabando e descaminho, falsidade ideológica, corrupção ativa e passiva, sonegação fiscal, formação de quadrilha, tráfico de influência e exploração de prestígio.

Contando com a participação de 600 policiais federais, os mandados são cumpridos nos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Rondônia e Minas Gerais, além do Distrito Federal. Da operação resultou a prisão de 77 (setenta e sete) pessoas, das quais, em Mato Grosso do Sul (56), em São Paulo (16), no Paraná (2), no Mato Grosso (1), em Rondônia (1), e no Distrito Federal (1).

JUNHO – 2007

A Polícia Federal, através da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado de Mato Grosso do Sul, desencadeia a operação “Zaqueu”, visando efetivar a prisão de integrantes de organização criminosa voltada ao contrabando de armas e agrotóxicos, tráfico de entorpecentes e lavagem de dinheiro, a qual tem como base principal a cidade de Mundo Novo/MS.



Ao todo, foram presas 15 pessoas e apreendidos veículos, caminhões e motos, além de dinheiro e jóias. A operação contou com a participação de 100 Policiais Federais distribuídos em cinco estados.

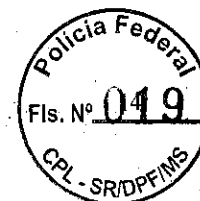
NOVEMBRO – 2007 A Polícia Federal, através da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado de Mato Grosso do Sul, desencadeia, em fazendas e reserva indígena de Antônio João/MS, operação para combate á exploração sexual, ameaça, lesão corporal, porte ilegal de arma de fogo, furto de gado e outros ilícitos, através do cumprimento de 20 mandados de busca e apreensão em residências indígenas (Aldeia Nanderu Marangatu) e fazendas situadas no município.

Nas fazendas, foram encontrados dois revólveres cal. 22, uma espingarda do mesmo calibre, uma escopeta calibre 12, dois fuzis calibre 762, um deles com brasão do Exército Brasileiro, além de munição, duas moto-serras, rádio amador e agrotóxico, todos desprovidos da documentação legal.

NOVEMBRO – 2007 A Polícia Federal, através da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado de Mato Grosso do Sul, desencadeia a operação “CERES” com o objetivo de prender os integrantes de 04 (quatro) organizações criminosas que atuam na prática de contrabando de agrotóxico, cigarros, couro de boi, pneus e produtos eletrônicos.

Foram mobilizados 350 policiais federais que cumprem 76 mandados de busca e apreensão e cerca de 60 mandados de prisão temporária. Durante a investigação apurou-se a existência de quatro organizações criminosas, sendo duas baseadas no município de Sete Quedas/MS, uma em Amambaí/MS e a quarta em Primavera do Leste/MT. São presas 62 pessoas e apreendidos cerca de 473 quilos de agrotóxicos.

DEZEMBRO – 2007 A Polícia Federal, através da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado de Mato Grosso do Sul, em conjunto com a Secretaria da Receita Federal, desencadeia a operação “Quatro Rodas”, em Corumbá/MS, ocorrendo a apreensão de aproximadamente 25 veículos com placas boliviana e documentação irregular. Foram cumpridos 18 mandados de busca e apreensão expedidos pela Justiça Federal de Corumbá/MS.



3. Estratégia de atuação

Metas da Unidade

I - METAS POLICIAIS					
ÍTE M	META	JUSTIFICATI VA	EXEC UTOR	AÇÃO	ATINGIDAS OU NÃO
01	Igualar/supe rar o número de IPL's instaurados no ano de 2006	Exercer e garantir o controle da criminalidade no estado (relativo aos crimes cuja apuração é de atribuição da Polícia Federal)	SR/DP F/MS Todas Unidades Interio r	Elaborar e executar planos	<p><i>ATINGIDA – Em 2006, no âmbito da SR/DPF/MS e respectivas descentralizadas, foram instaurados 1.721 inquéritos policiais.</i></p> <p>Na data de 04.12.2007, foi atingida a marca de 1.842 IPLs instaurados no ano em curso.</p>
02	Igualar/supe rar o número de IPL's relatados em 2006.	Proceder com eficiência e celeridade nas investigações de IPL's.	SR/DP F/MS Todas Unidades Interio r	Desenvolve r controle correciona l sobre os procedime ntos de modo que sejam concluídos no menor prazo possível e que contenham elementos necessários à propositur a da ação penal.	<p><i>ATINGIDA – Em 2006, no âmbito da SR/DPF/MS e respectivas descentralizadas, foram relatados 1.335 inquéritos policiais.</i></p> <p>Apesar da carência de DPFs durante o segundo semestre de 2006, especialmente na descentralizada em Navirai/MS, na data de 04.12.2007, foi atingida a marca de 1.340 IPLs relatados no ano em curso.</p>

03	<p><i>Diminuir a quantidade de inquéritos policiais em andamento.</i></p>	<p><i>Necessidade de uma maior celeridade na condução dos procedimentos.</i></p>	<p><i>SR/DP F/MS Todas Unidades Interiores</i></p>	<p><i>Desenvolver ações visando maior agilidade na conclusão dos inquéritos.</i></p>	<p>NÃO ATINGIDA – Em 2006, no âmbito da SR/DPF/MS e respectivas descentralizadas, foi encerrado o ano com 1.117 inquéritos policiais em andamento.</p> <p>A carência de DPFs durante o segundo semestre de 2006, especialmente na descentralizada em Naviraí/MS, prejudicou a performance.</p> <p>Na data de 04.12.2007, foi atingida a marca de 2.196 IPLs em andamento no ano em curso.</p>
04	<p><i>Diminuir a quantidade de laudos periciais pendentes de conclusão.</i></p>	<p><i>Necessidade de maior celeridade para conclusão dos inquéritos.</i></p>	<p><i>SETEC</i></p>	<p><i>Desenvolver ações e identificar óbices para agilizar a feita dos laudos.</i></p>	<p>ATINGIDA – Em 2006, o SETEC recebeu 2.165 solicitações de laudo, sendo que ao encerramento do ano de 2006, restavam pendentes de conclusão 823.</p> <p>Em 2007, o SETEC recebeu 2.157 solicitações de laudo, sendo que ao encerramento do ano de 2006, restavam pendentes de conclusão 578.</p>
05	<p><i>Reativar a implementação programas de serviços de barreiras em todas as unidades operacionais</i></p>	<p><i>Realizar barreiras policiais para prevenção e repressão a delitos</i></p>	<p><i>SR/DP F/MS Todas Unidades Interiores</i></p>	<p><i>Incentivar e incrementar as operações que já são realizadas no estado.</i></p>	<p>ATINGIDA – Através da realização de barreiras policiais fixas, móveis, ostensivas e descaracterizadas, inseridas na permanente atuação do Departamento de Polícia Federal no cumprimento de sua missão constitucional. Total de ações policiais do tipo “barreira” em 2007: 53 (cinquenta e três).</p>



06	Combater o contrabando e o descaminho nas áreas de fronteira e nas principais rotas	Coibir o contrabando e o descaminho de mercadorias oriundas das regiões de fronteiras	DELE FAZ Todas Unidades do Interior	Incentivar a realização de barreiras e o trabalho de inteligência policial voltada para tal objetivo	ATINGIDA - Através da permanente atuação do Departamento de Polícia Federal no cumprimento de sua missão constitucional. Total de ações policiais do tipo "barreira" em 2007: 53 (cinquenta e três)
07	Implementar operações para conter a degradação do meio ambiente, prevenindo também o abate, captura, o transporte e o comércio de animais da fauna silvestre.	Cumprir as disposições da Legislação. Existências de diversas reservas, além do Pantanal.	DELE MAPH Todas Unidades do Interior	Procurar a realização de operações em conjunto, bem como a troca de informações com a Polícia Ambiental, IBAMA e FUNAI.	ATINGIDA - Foram realizadas no âmbito da Regional e suas descentralizadas, no ano de 2007, 08 (oito) ações policiais de combate a crimes contra o meio-ambiente.
08	Continuar com as operações de repressão ao tráfico de substâncias entorpecentes e drogas afins na área circunscrita e região de fronteira com o Paraguai	Cerca de 60% das substâncias apreendidas pelo DPF no País foram frutos de operações desencadeadas no âmbito da SR	SR/DP F/MS DPF/D RS/MS	Manter equipes operacionais em patrulhamento constante na região mencionada, com o estabelecimento de pontos de barreiras nas estradas previamente selecionadas.	ATINGIDA - Foram realizadas contínuas operações de repressão ao tráfico de entorpecentes com expressivos resultados, característica imanente da descentralizada em Dourados/MS.
09	Incrementar	A repercussão	SR/DP	Manter	ATINGIDA - Foram

	<p>as operações nas reservas indígenas da área circunscricio nal, visando a impedir a entrada de drogas de bebidas alcoólicas, bem como reprimir a prática de arrendament os de terras indígenas e a exploração de mão-de-obra.</p>	<p>que ocorre com os problemas existentes em áreas indígenas encontra eco fora das fronteiras do Brasil, tomando dimensões extraordinárias com fatos muitas vezes distorcidos.</p>	<p>F/MS DPF/D RS/MS</p>	<p>estreito contato com o núcleo da FUNAI e chefias de postos. Manter equipes, quando em operações, próximo a essas áreas. Acompanhar de perto casos de suicídios, homicídios, venda de bebidas alcoólicas, arrendame ntos de terras.</p>	<p>realizadas constantes operações de patrulhamento nas áreas indígenas e estabelecimentos comerciais e das proximidades, prevenindo e reprimindo práticas ilícitas. Total de ações policiais visando prevenir e reprimir conflitos em reservas indígenas em 2007: 14 (quatorze)</p>
10	<p>Intensificar o combate a exploração ilegal de recursos minerais e vegetais em terras indígenas</p>	<p>Coibir a exploração ilegal de recursos naturais em terras indígenas, assim como aos conflitos internos.</p>	<p>DELIN ST</p>	<p>Elaborar e executar planos operaciona is</p>	<p>ATINGIDA - Total de ações policiais visando prevenir e reprimir conflitos em reservas indígenas em 2007: 14 (quatorze)</p>
11	<p>Incrementar operações contra crimes praticados pela Internet, principalme nte pedofilia, violação de direitos humanos e contra o sistema financeiro.</p>	<p>Coibir a incidência de crimes por meio da rede mundial de computadores</p>	<p>SR/DP F/MS Todas Unidad es do interior</p>	<p>Identificar os sites e responsáve is.</p>	<p>ATINGIDA - Ocorreu o incremento de investigações acerca de crimes cibernéticos, propiciando a instauração dos respectivos inquéritos policiais no âmbito da SR/DPF/MS.</p>

12	Implementar a fiscalização a estabelecimentos financeiros, empresas especializadas em segurança e cursos de formação de vigilantes	Dar continuidade ao disposto na Legislação impedir operação de empresas clandestinas.	DELE SP Todas Unidades do Interior	Fiscalizar as unidades bancárias, empresas privadas e escolas de formação de vigilantes em todo o estado.	ATINGIDA - Realizadas fiscalizações rotineiras e constantes, no âmbito da circunscrição da SR/DPF/MS.
13	Promover fiscalização para impedir o trabalho irregular de estrangeiros e o trabalho escravo.	Coibir o trabalho irregular desenvolvido pelos estrangeiros e exploração do trabalho escravo..	DELE MIG Todas Unidades do Interior	Proceder diligências, notificações, multas, deportação de estrangeiros irregulares	ATINGIDA - Realizadas fiscalizações de prevenção e repressão ao trabalho irregular de estrangeiros e ao trabalho escravo, no âmbito da circunscrição da SR/DPF/MS.
14	Incrementar as operações policiais para detectar desvios de produtos químicos controlados	Implementar as atividades de controle de fiscalização de produtos químicos	DRE Todas Unidades do Interior	Planejar e realizar operações nas regiões de fronteira e principais rotas no estado..	ATINGIDA - Realizadas ações objetos das Ordens de Missão Policial nºs 100, 216, 347, 579 e 957.
15	Intensificar as operações de inteligência policial na área de DRE	Melhorar a capacidade de coordenação da DRE com as Bases Operacionais existentes no estado.	DRE Bases	Executar ações interativas de inteligência policial com as demais Unidades Operacionais da SR/MS	ATINGIDA - Realizadas 171 (cento e setenta e uma) ações de inteligência policial voltada ao combate ao tráfico de entorpecentes no ano de 2007.

16	<i>Implementar e executar o programa de interdição do tráfico de drogas via Postal</i>	<i>Atuar em centros de triagem, com apoio do canil, em conjunto com ECT e Receita Federal</i>	<i>DRE</i>	<i>Capacitar policiais para atuar nesta área</i>	ATINGIDA - A SR/DPF/MS promove em média 04 (quatro) ações mensais junto às Agências de Correios na Capital, visando à prevenção e repressão ao tráfico de entorpecentes via postal.
17	<i>Implementar e executar o programa de prevenção ao uso de drogas</i>	<i>Atuar na prevenção junto à sociedade, por meio de programa de trabalho específico, com a produção de material didático, adequados às diretrizes da política nacional antidrogas.</i>	<i>SR/MS Todas Unidades Interiores</i>	<i>Implantar e executar o programa</i>	PARCIALMENTE ATINGIDA - COM PROVIDÊNCIA ADOTADA - A SR/DPF/MS promove a prevenção ao uso de drogas ilícitas junto à sociedade, disponibilizando servidores para palestras sobre o tema. No que concerne a produção e distribuição de material didático, tal medida é concentrada a partir do Órgão-Central, através do Ministério da Justiça, por meio de destinação específica de orçamentário e financeiro para tal fim.
18	<i>Incrementar a especialização dos servidores com a realização de cursos e seminários</i>	<i>Necessidade de atualização dos conhecimentos dos servidores para uma atuação mais eficaz.</i>	<i>SR/MS</i>	<i>Buscar recursos para a realização de cursos e seminários</i>	ATINGIDA - Total de cursos e seminários disponibilizados a servidores da Regional e descentralizadas em 2007: 89 (oitenta e nove)

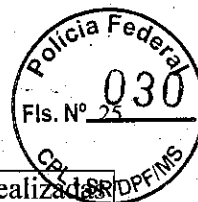
19	<i>Incrementar o Setor de Controle de cédulas falsas, na DELEFAZ.</i>	<i>Necessidade de criação e especialização de servidores tendo em vista o grande número de ocorrências</i>	<i>SR/MS</i>	<i>Criar o setor, aperfeiçoar os servidores e elaborar planos.</i>	NÃO ATINGIDA – COM PROVIDÊNCIA ADOTADA –A escassez de efetivo na SR/DPF/MS, especialmente, no aplicável ao caso em tela, no tocante a Agentes de Polícia Federal, inviabilizou o incremento de setor específico para o controle de cédulas falsas, circunstância que, dentre outras, motivou a expedição do Ofício nº 8.352/2007-GAB/SR/DPF/MS, de 19 de novembro de 2007, encaminhado à Direção-Geral do Departamento de Polícia Federal, contendo ampla exposição acerca de planejamento estratégico no que concerne á lotação de efetivo para a SR/DPF/MS e suas descentralizadas.
20	<i>Intensificar o combate à pirataria</i>	<i>Grande numero de ocorrências da competência do DPF</i>	<i>SR/MS Unidades do Interior</i>	<i>Elaborar e executar planos</i>	ATINGIDA – A partir de 2007, a SR/DPF/MS passou a desenvolver ações conjuntas com a DIREP-SRF, cujas ações têm resultado em grandes apreensões de mercadorias, inclusive falsificados.

21	<p><i>Criar setor, dentro da DELEFAZ e SETEC visando, o combate à adulteração de combustível.</i></p>	<p><i>Ocorrências trazidas ao conhecimento da SR/MS durante o ano</i></p>	SR/MS	<p><i>Criar o setor, aperfeiçoar os servidores e elaborar planos.</i></p>	<p>NÃO ATINGIDA – COM PROVIDÊNCIA ADOTADA –A escassez de efetivo na SR/DPF/MS, especialmente, no aplicável ao caso em tela, no tocante a Agentes de Polícia Federal, inviabilizou o incremento de setores específicos para o combate a adulteração de combustíveis, circunstância que, dentre outras, motivou a expedição do Ofício nº 8.352/2007-GAB/SR/DPF/MS, de 19 de novembro de 2007, encaminhado à Direção-Geral do Departamento de Polícia Federal, contendo ampla exposição acerca de planejamento estratégico no que concerne á lotação de efetivo para a SR/DPF/MS e suas descentralizadas.</p>
22	<p><i>Incrementar as operações nas reservas indígenas, em conjunto com a FUNAI visando coibir entrada de drogas e bebidas nas comunidades</i></p>	<p><i>Necessidade de coibir o alcoolismo que leva ao suicídio em determinadas comunidades.</i></p>	SR/MS Unidades do interior	<p><i>Realizar contatos com a FUNAI e planejar operações.</i></p>	<p>ATINGIDA - Total de ações policiais visando prevenir e reprimir conflitos em reservas indígenas em 2007: 14 (quatorze)..</p>

23	Incrementar a fiscalização do transporte internacional terrestre, fluvial e ferroviário na região de Corumbá.	Necessidade de controle em razão de que a região é porta de entrada para o Pantanal, estando nas margens de importante hidrovias e fazendo fronteira com a Bolívia.	DPF/C RA	Incrementar a fiscalização, sendo tais ações vinculadas diretamente ao aumento do efetivo	PARCIALMENTE ATINGIDA - COM PROVIDÊNCIA ADOTADA - Intensificada a fiscalização preventiva e repressiva no transporte terrestre. Quanto ao transporte fluvial, tramita a celebração de convênio entre a Marinha do Brasil, através do 6º Distrito Naval de Ladário/MS, além da ativação do NEPOM em Corumbá.
24	Fiscalizar o transporte internacional terrestre	Inibir a entrada de clandestinos, procurados e impedidos e os ilícitos de fronteira, propiciando o aumento de apreensões e de inquéritos policiais	DPF/C RA	Realizar barreiras periódicas nas estradas e no embarque de passageiros na rodoviária	ATINGIDA - Intensificada a fiscalização preventiva e repressiva no transporte terrestre, através da realização de barreiras, como prática de rotina.
25	Fiscalizar o transporte internacional fluvial	Inibir a entrada de clandestinos, procurados e impedidos e os ilícitos de fronteira, propiciando o aumento de apreensões e de inquéritos policiais.	DPF/C RA	Efetuar verificações periódicas no porto e no Rio Paraguai	NÃO ATINGIDA - COM PROVIDÊNCIA ADOTADA - Tramita a celebração de convênio entre a Marinha do Brasil, através do 6º Distrito Naval de Ladário/MS, além da ativação do NEPOM em Corumbá.

26	Fiscalizar o transporte internacional aéreo na cidade de Corumbá/MS	Inibir a entrada de clandestinos, procurados e os ilícitos de fronteira, propiciando o aumento de apreensões e de inquéritos policiais.	DPF/CRA	Efetuar verificações periódicas no aeroporto	ATINGIDA – Realizada fiscalização no aeroporto internacional de Corumbá/MS, como prática de rotina.
27	Reciclagem dos policiais por meio de cursos, palestras e seminários, principalmente aqueles ministrados na ANP.	Melhoria da capacidade investigativa dos policiais	SR/DPF/MS ANP	Matricular os policiais nos eventos para os quais forem disponibilizadas as vagas	ATINGIDA – Total de cursos e seminários disponibilizados a servidores da Regional e descentralizadas em 2007: 89 (oitenta e nove). Na área de Corregedoria, houve participação de servidores no III Curso de Atualização em Procedimentos Disciplinares, realizado junto à Academia Nacional de Polícia-ANP, conforme Mensagem-Circular nº 210/2007-COGER/DPF e OMP nº 956/07-NO/SR/DPF/MS.
28	Promover seminários visando aprimorar técnicas de investigação do crime organizado, bem como da lavagem de dinheiro.	Necessidade de um conhecimento específico para obter elementos de autoria e materialidade da prática delituosa.	DRCO R DREX	Gestionar junto a DGP	ATINGIDA – Total de cursos e seminários disponibilizados a servidores da Regional e descentralizadas em 2007: 89 (oitenta e nove).

29	<i>Reativar o CANIL desta Regional</i>	<i>Necessidade de implementar operações de combate ao tráfico de substâncias entorpecentes nos aeroportos,, correios, rodoviárias em nas buscas que são realizadas.</i>	DRE	<i>Gestionar junto a CGPRE</i>	NÃO ATINGIDA – COM PROVIDÊNCIA ADOTADA. –A escassez de efetivo na SR/DPF/MS, especialmente, no aplicável ao caso em tela, no tocante a Agentes de Polícia Federal, inviabilizou a reativação do Canil, circunstância que, dentre outras, motivou a expedição do Ofício nº 8.352/2007-GAB/SR/DPF/MS, de 19 de novembro de 2007, encaminhado à Direção-Geral do Departamento de Polícia Federal, contendo ampla exposição acerca de planejamento estratégico no que concerne á lotação de efetivo para a SR/DPF/MS e suas descentralizadas.
30	<i>Incrementar o trabalho de inteligência, e a consequente repressão, aos crimes relacionados ao tráfico de armas e munição.</i>	<i>Necessidade de um melhor conhecimento para uma atuação mais eficaz, em especial na região de fronteira com o Paraguai e Bolívia.</i>	DRCO R	<i>Incrementar a busca do conhecimento.</i>	ATINGIDA – Ocorreu o incremento de investigações acerca de crimes relacionados ao tráfico de armas e munições no âmbito da SR/DPF/MS, cujos conhecimento propiciarão o aumento da capacidade repressiva sobre esse tipo de ilícito.
31	<i>Incrementar o conhecimento no campo da inteligência para apurar a possível presença de grupos guerrilheiros da Colômbia em território paraguaio.</i>	<i>Necessidade do conhecimento em razão de que tal situação afeta o trabalho na região de fronteira.</i>	SR/MS Todas as Unidades do interior	<i>Realizar de busca de dados para o conhecimento, em parceria com as Unidades de Ponta Porã, Corumbá, Dourados e naviraí.</i>	ATINGIDA – Atividade imanente ao conhecimento estratégico desenvolvido pelo NIP, de caráter sigiloso.

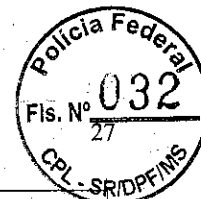


32	<i>Realização de correições ordinárias na Regional e suas projeções no interior do estado.</i>		COR	<i>Estimular e criar condições para a COR executar os trabalhos.</i>	ATINGIDA – Realização de Correições ordinárias conforme OMPs n°s 168/2007-DPF/TLS/MS; 274/2007-DPF/PPA/MS; 840/2007-COR/SR/DPF/MS; 851/2007-COR/SR/DPF/MS; 872/2007-NO/DREX/SR/DPF/MS; e, 887/2007-COR/SR/DPF/MS.
33	<i>Realizar correição específica no SETEC/SR/DPF/MS.</i>	<i>Necessidade de identificar os óbices relacionados à demora e acúmulo na feitura dos laudos.</i>	COR	<i>Estimular e criar condições para a COR executar os trabalhos.</i>	NÃO ATINGIDA – COM PROVIDÊNCIA ADOTADA –Devido a grande quantidade de Laudos para conclusão transportados de 2006 para 2007, e a grande quantidade de solicitações de laudos em 2007, a Administração optou por fazer diminuir a pendência de conclusões, o que de fato ocorreu, conforme o item 4 das metas policiais.
34	<i>Capacitar servidores para comporem Comissões de Processos Disciplinares</i>	<i>Necessidade de servidores preparados para o desempenho de tais funções.</i>	SR/MS	<i>Realizar simpósios e palestras com component es das Comissões.</i>	ATINGIDA – Participação de servidores no III Curso de Atualização em Procedimentos Disciplinares, realizado junto à Academia Nacional de Polícia-ANP, conforme Mensagem-Circular n° 210/2007-COGER/DPF e OMP n° 956/07-NO/SR/DPF/MS.

II – METAS ADMINISTRATIVAS					
ÍTE M	META	JUSTIFICATI VA	EXEC UTOR	AÇÃO	ATINGIDAS OU NÃO



01	Renovação da frota de veículos operacionais da Regional e suas Unidades no interior do estado.	Aumento do efetivo e o envelhecimento da frota em uso.	SR/MS	Gestões junto a DLOG visando o recebimento de novas viaturas.	<p>PARCIALMENTE ATINGIDA PROVIDÊNCIA ADOTADA</p> <p>- As aquisições de viaturas vem sendo feitas pela DLOG/DPF, de onde são distribuídas para o DPF no Brasil. Da sistemática, decorre a substituição parcial da frota. Assim, não foi obtido êxito na disponibilização dos necessários recursos orçamentários e financeiros para implementar a meta.</p>
02	Aumentar o número de computadores com maior capacidade funcional para dar maior agilidade aos trabalhos da descentralizada	A DPF já se encontra interligada em rede, por isso necessita de equipamentos de informática mais modernos para dinamizar os trabalhos.	SELOG DPF/DRS/MS	S Gerenciar junto a DLOG/DPF, objetivando a liberação de recursos para aquisição de computadores mais modernos e notebooks	<p>ATINGIDA - Foram realizadas gestões junto aos Órgãos do Judiciário e Receita Federal, logrando-se a aquisição de computadores e periféricos com autorização de uso e outros com destinação final para a descentralizada.</p>



03	<i>Aumentar o efetivo na Descentralizada a fim de dar operacionalidade à nova sede.</i>	<i>Apesar do aumento da área física da Descentralizada, o efetivo aqui lotado continua insuficiente.</i>	<i>SR/DPF/MS</i>	<i>Lotação proveniente e de concurso.</i>	ATINGIDA – Apesar da lotação de policiais em primeira investidura, oriundos de cursos de formação da Academia Nacional de Polícia - ANP/DPF, as constantes remoções redundam na estagnação do quantitativo de efetivo na DPF/DRS/MS. Obtivemos êxito no que concerne ao aumento do efetivo geral na SR/DPF/MS, que no caso de Delegados, Agentes e Escrivães, passou de 297 (duzentos e noventa e sete) em 2006, para 315 (trezentos e quinze) no final de 2007. Contudo, esse quantitativo ainda não é suficiente, fato que ensejou a expedição do Ofício nº 8.352/2007-GAB/SR/DPF/MS, de 19 de novembro de 2007, encaminhado à Direção-Geral do Departamento de Polícia Federal, contendo ampla exposição acerca de planejamento estratégico no que concerne á lotação de efetivo para a SR/DPF/MS e suas descentralizadas.
----	---	--	------------------	---	--

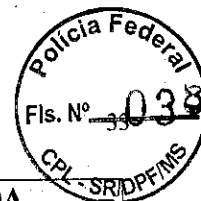
04	<p><i>Incrementar o Setor de Identificação e Telecomunicações e montar o setor de Perícia, com estrutura suficiente para o pleno desenvolvimento das atividades de tais setores.</i></p>	<p><i>Formação de tais setores na nova sede da Descentralizada, com vistas a dar operacionalidade e à mesma.</i></p>	<p>SR/DP F/MS SETE C</p>	<p>Captação de recursos junto a DLOG/DP F.</p>	<p>PARCIALMENTE ATINGIDA PROVIDÊNCIAS ADOTADAS - No ano de 2006 foi feita reforma em espaço na SR, tendo sido feito um laboratório moderno atendendo as normas previstas pelo INC/DITEC, o que propiciou a instalação do equipamento cromatográfico e outros equipamentos modernos infravermelho refratômetro, todos acompanhados de estação desktop completo. No início de 2007 foi implantado um laboratório. No ano de 2007 estão sendo investidos R\$ 430.492,79 (quatrocentos e trinta mil quatrocentos e noventa e dois reais e setenta e nove centavos) na reforma do SETEC em Campo Grande (recursos PROMOTEC), sendo que o NID está sendo incluindo neste projeto para ocupar espaço junto com o SETEC. No tocante a material permanente, as aquisições têm sido feitas através do DITEC/BSA, mas há deficiência em material permanente, principalmente computadores.</p>
----	--	--	---------------------------------	---	---

05	<p><i>Incrementar os sistemas de gerenciamento do cartório buscando dar agilidade a tais atividades, buscando ainda a uniformização de tais sistemas no âmbito do departamento.</i></p>	<p><i>Melhoria dos sistemas cartorários hoje disponíveis, os quais, inclusive, não são uniformizados dentro do DPF.</i></p>	<p><i>SR/DP F/MS DPF/D RS/MS</i></p>	<p><i>Captação de recursos e idéias junto a DLOG/DPF</i></p>	<p>PARCIALMENTE ATINGIDA PROVIDÊNCIA ADOTADA – O Sistema SISCART foi implantado na DPF/DRS/MS, restando a finalização da programação de sistema de trâmite de documentos.</p>
06	<p><i>Lotação de 06 DPF'S</i></p>	<p><i>Suprir a carência de servidores dessa categoria e otimizar os trabalhos de polícia judiciária, possibilitando o cumprimento das metas de números 01 a 03</i></p>	<p><i>SR/DP F/MS</i></p> <p><i>DGP/D PF</i></p>	<p><i>Solicitar a inclusão dessa categoria no planejamento de distribuição de vagas na ANP</i></p>	<p>PARCIALMENTE ATINGIDA PROVIDÊNCIA ADOTADA – Apesar da lotação atual de cinco DPFs, foi expedido o Ofício nº 8.352/2007-GAB/SR/DPF/MS, de 19 de novembro de 2007, encaminhado à Direção-Geral do Departamento de Polícia Federal, contendo ampla exposição acerca de planejamento estratégico no que concerne à lotação de efetivo para a SR/DPF/MS e suas descentralizadas.</p>

07	Lotação de 04 APF's mulheres	Melhorar o trabalho policial desenvolvido nesta Descentralizada - para buscas íntimas em traficantes desse sexo	SR/DP F/MS DGP/D PF	Solicitar a inclusão dessa categoria no planejamento de distribuição de vagas na ANP	ATINGIDA - DPF/CRA/MS conta atualmente com 05 (cinco) policiais do sexo feminino na lotação.
08	Lotação de 10 EPF's.	Suprir a carência de servidores dessa categoria e incrementar os trabalhos de polícia judiciária, possibilitando o cumprimento das metas de números 01 a 03	SR/DP F/MS DGP/D PF	Solicitar a inclusão dessa categoria no planejamento de distribuição de vagas na ANP	PARCIALMENTE ATINGIDA - PROVIDÊNCIA ADOTADA - Apesar da lotação atual de seis EPFs, foi expedido o Ofício nº 8.352/2007-GAB/SR/DPF/MS, de 19 de novembro de 2007, encaminhado à Direção-Geral do Departamento de Polícia Federal, contendo ampla exposição acerca de planejamento estratégico no que concerne à lotação de efetivo para a SR/DPF/MS e suas descentralizadas.
09	Lotação de 40 APF's	Suprir a carência e remoções dessa categoria, objetivando a consecução dos trabalhos policiais, possibilitando o cumprimento das metas de números 01 a 03	SR/DP F/MS DGP/D PF	Solicitar a inclusão dessa categoria no planejamento de distribuição de vagas	PARCIALMENTE ATINGIDA - PROVIDÊNCIA ADOTADA - Apesar da lotação atual de vinte e tres APFs, foi expedido o Ofício nº 8.352/2007-GAB/SR/DPF/MS, de 19 de novembro de 2007, encaminhado à Direção-Geral do Departamento de Polícia Federal, contendo ampla exposição acerca de planejamento estratégico no que concerne à lotação de efetivo para a SR/DPF/MS e suas descentralizadas.

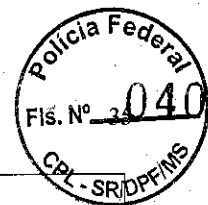
10	<i>Lotação de 08 policiais no Núcleo de Análise</i>	<i>Incrementar os trabalhos de inteligência, propiciando o aumento de apreensões e de inquéritos policiais e possibilitando o cumprimento das metas de números 01 a 03</i>	<i>DPF/CRA</i>	<i>O cumprimento da meta nº 06 propiciará o deslocamento para a base de servidores policiais com perfil adequado</i>	PARCIALMENTE ATINGIDA PROVIDÊNCIA ADOTADA – Apesar da lotação atual de quatro policiais na área de inteligência da DPF/CRA/MS, a descentralizada ainda carece de policiais especializados para a função, através da formação em cursos de inteligência, os quais estão sendo aguardados através da Diretoria de Inteligência Policial.
11	<i>Lotação de 04 AADM's</i>	<i>Suprir a carência e remoções dessa categoria, objetivando a consecução dos trabalhos policiais, possibilitando o cumprimento das metas de números 01 a 03</i>	<i>SR/DPF/MS</i> <i>DGP/DPF</i>	<i>Solicitar a inclusão dessa categoria no planejamento / distribuição de vagas</i>	PARCIALMENTE ATINGIDA PROVIDÊNCIA ADOTADA – Apesar da lotação atual de tres AADMs, foi expedido o Ofício nº 8.352/2007-GAB/SR/DPF/MS, de 19 de novembro de 2007, encaminhado à Direção-Geral do Departamento de Polícia Federal, contendo ampla exposição acerca de planejamento estratégico no que concerne á lotação de efetivo para a SR/DPF/MS e suas descentralizadas.
12	<i>Manter o nível de informação, referente às atividades da Descentralizada, por meio da Imprensa local, à comunidade regional.</i>	<i>Divulgar os trabalhos da Polícia Federal com vistas à manutenção do bom conceito desfrutado pelo Órgão.</i>	<i>SR/DPF/MS</i> <i>DPF/D</i> <i>RS/MS</i>	<i>Encaminhamento de relesses, notas à Imprensa e contato com jornalistas e profissionais da área de comunicação.</i>	ATINGIDA – Nível de informação compatível com as normas de comunicação social emanadas do Órgão Central.
13	<i>Instalação de extintores na DPF/NVIMS.</i>	<i>Atualmente não existem extintores nesta Delegacia.</i>	<i>SR/DPF/MS</i> <i>DPF/NVIMS</i>	<i>Gestões junto a SELOG/DLOG visando a aquisição.</i>	ATINGIDA – Extintores adquiridos.

14	<p><i>Aumento do efetivo da DPF/NVI/MS e suas projeções na circunscrição (2 DPF's, 1 EPF e 6 APF's).</i></p>	<p><i>Necessidade do aumento do efetivo em razão das atribuições do DPF.</i></p>	<p><i>SR/DPF/MS DPF/NVI/MS DGP/DPF</i></p>	<p><i>Sensibilizar a SR/DPF/MS, DGP e Direção-Geral.</i></p>	<p>PARCIALMENTE ATINGIDA – PROVIDÊNCIA ADOTADA – O efetivo de Delegados, Agentes e Escrivães, na DPF/NVI/MS, se manteve no ano de 2007, no mesmo patamar do final de 2006. Assim, foi expedido o Ofício nº 8.352/2007-GAB/SR/DPF/MS, de 19 de novembro de 2007, encaminhado à Direção-Geral do Departamento de Polícia Federal, contendo ampla exposição acerca de planejamento estratégico no que concerne à lotação de efetivo para a SR/DPF/MS e suas descentralizadas.</p>
15	<p><i>Estudo e projeto para ampliar e adequar o prédio da DPF/NVI/MS.</i></p>	<p><i>Possibilidade de um maior aproveitamento de terreno doado pela Prefeitura Municipal da cidade de Naviraí.</i></p>	<p><i>SR/DPF/MS DPF/NVI/MS</i></p>	<p><i>Gestões junto a Prefeitura local e a SELOG/DLOG.</i></p>	<p>NÃO ATINGIDA – <i>Falta de efetivo na área-meio se comparado a grande demanda para o desenvolvimento projetos. A DEOB/DLOG, a qual compete o desenvolvimento de projetos no Órgão-Central, se encontra com a mesma dificuldade.</i></p>
16	<p><i>Contratação de vigilantes, recepcionistas, estagiários e funcionários “contratados” para a DPF/NVI/MS.</i></p>	<p><i>Em razão do reduzido efetivo tal medida viria a desonerar o servidores policiais para otimizar os trabalhos operacionais.</i></p>	<p><i>SR/DPF/MS DPF/NVI/MS</i></p>	<p><i>Gestões e efetivação dos contratos.</i></p>	<p>PARCIALMENTE ATINGIDA – PROVIDÊNCIA ADOTADA – Na solicitação de crédito feita este ano (2007) para o ano de 2008, será contratado um vigilante para o posto noturno para atender a descentralizada da DPF/NVI/MS.</p>



17	<i>Criar uma Delegacia na cidade de Coxim/MS</i>	<i>Cidade localizada no norte do estado, porta de entrada alternativa para o Pantanal e sede de Vara da Justiça Federal.</i>	<i>SR/MS</i>	<i>Alocar recursos para a efetivação</i>	NÃO ATINGIDA PROVIDÊNCIA ADOTADA - As realidades criminológicas e características regionais e demográficas determinaram a não realização da meta, havendo necessidade de implementar novos estudos visando eventual identificação de unidades descentralizadas ou postos avançados a serem instalados.
18	<i>Criar uma Base de Inteligência na cidade de Jardim/MS.</i>	<i>Região onde há o entroncamento do sistema de telefonia, acessando telefones de Porto Murtinho e Bela Vista, onde notícias dão conta da intensificação do tráfico de drogas.</i>	<i>SR/MS</i>	<i>Alocar recursos necessários para a efetivação</i>	NÃO ATINGIDA – PROVIDÊNCIA ADOTADA - As realidades criminológicas e características regionais e demográficas determinaram a não realização da meta, havendo necessidade de implementar novos estudos visando eventual identificação de unidades descentralizadas ou postos avançados a serem instalados.
19	<i>Criação de um Núcleo do SETEC na Delegacia em Dourados.</i>	<i>Atender as necessidades de laudos para as Delegacias de Dourados, Ponta Porá e Naviraí, desafogando o SETEC.</i>	<i>SR/MS</i>	<i>Exposição de motivos junto a DITEC e Direção-Geral, visando a sensibilização para o pleito.</i>	ATINGIDA – Criada uma unidade de perícia, onde existem 3 (três) peritos lotados e a parte física está na fase final, devendo ser entregue em dezembro/2007. Aguarda-se recursos apenas para mobília e computadores.

20	<i>Aumento do efetivo da Regional e suas projeções no interior do estado.</i>	<i>Necessidade do aumento do efetivo em razão das atribuições do DPF e as diversas operações que são desencadeadas nesta Regional.</i>	SR/MS	<i>Sensibilizar a DGP e Direção-Geral.</i>	<p>PARCIALMENTE ATINGIDA</p> <p>PROVIDÊNCIA ADOTADA</p> <p>– O efetivo de servidores na SR/DPF/MS e descentralizadas, no cômputo geral, teve leve crescimento, contudo, de forma a não atender de forma absoluta as necessidades de médio prazo. Assim, foi expedido o Ofício nº 8.352/2007-GAB/SR/DPF/MS, de 19 de novembro de 2007, encaminhado à Direção-Geral do Departamento de Polícia Federal, contendo ampla exposição acerca de planejamento estratégico no que concerne à lotação de efetivo para a SR/DPF/MS e suas descentralizadas.</p>
21	<i>Estruturar as Delegacias recém criadas: DELEPAT, DELEARM e DELEFIN.</i>	<i>Necessidade de estruturar estas Delegacias, propiciando reais condições para o seu funcionamento.</i>	SR/MS	<i>Elaborar plano para as reformas necessárias</i>	<p>PARCIALMENTE ATINGIDA</p> <p>PROVIDÊNCIA ADOTADA</p> <p>– A chefia, o Setor de processamento da DELEFIN e escrivães ali lotados receberam novas instalações. Já a DELARM e DELEPAT permaneceram nos locais anteriores, porém está sendo realizado projeto para estas Delegacias.</p>



22	<i>Adquirir equipamentos de computação e mobiliário para estruturar toda a Regional</i>	<i>Necessidade de uma estrutura e equipamentos adequados para o funcionamento.</i>	<i>SELO G</i>	<i>Gestionar junto a DLOG</i>	PARCIALMENTE ATINGIDA PROVIDÊNCIA ADOTADA – Expedido o Ofício nº 7.827/2007-GAB/SR/DPF/MS, de 16 de outubro de 2007, encaminhado ao Sr. Delegado da Receita Federal em Campo Grande/MS, Sr. Edson Ishikawa, contendo solicitação de equipamentos de informática para a SR/DPF/MS e suas descentralizadas. Foram adquiridos alguns equipamentos e outros foram doados pela Receita Federal, mas em número insuficiente para suprir as necessidades do Estado. As licitações foram efetuadas mas não foram enviados 100% dos recursos solicitados.
23	<i>Instalar o equipamento de captação de sinais digitais em todas as bases de inteligência desta Regional.</i>	<i>Para completar o ciclo há a necessidade da implantação nas Delegacias de Corumbá e Três Lagoas.</i>	<i>DRCO R</i>	<i>Gestionar junto a CGPRE</i>	ATINGIDA – Realizada licitação e aquisição de acordo com especificação do NTI, com objetivo de instalar antenas que possibilitem atingir sinal no MS.

24	<i>Estudo e projeto para ampliar e adequar o prédio da DPF/NVI.</i>	<i>Possibilidade de um maior aproveitamento de terreno doado pela Prefeitura Municipal da cidade de Naviraí.</i>	SELO G	<i>Gestões junto a Prefeitura local e a DLOG.</i>	PARCIALMENTE ATINGIDA PROVIDÊNCIA ADOTADA – Realizada a instalação de gradil frontal e cerca elétrica em todo o perímetro do prédio. Realizado o levantamento de dados concernentes à engenharia, colhidas metragens e estado atual de conservação, visando a elaboração do respectivo projeto.
25	<i>Construção do centro de instrução para os policiais que atuam no Pantanal – CIAPA/PANTANAL.</i>	<i>Necessidade de treinamento do efetivo em razão das diversas operações que são realizadas no Pantanal.</i>	SR/MS	<i>Elaborar projeto básico e executivo e gerenciar junto a DLOG/DPF e buscar parcerias com a Sec. Estadual do Meio Ambiente e outros organismos.</i>	PARCIALMENTE ATINGIDA PROVIDÊNCIA ADOTADA – Realizado projeto para demarcar a área destinada a criação do CIAPA/PANTANAL, tendo sido efetuada a cerca e demarcação com placas de sinalização. Será viabilizada a elaboração de Projeto básico para a construção do Centro Integrado de Polícia Ambiental – CIAPA, devendo ser solicitada e obtida a destinação de orçamentário e financeiro para o início das obras e a realização do respectivo certame licitatório.

26	<i>Estabelecer um sistema de comunicação es de alcance em todo o Estado.</i>	<i>Diversas operações são realizadas em todo o estado, inclusive no Pantanal, e não há um sistema de comunicações que permita os contatos.</i>	SR/MS	<i>Aquisição do equipamento.</i>	PARCIALMENTE ATINGIDA PROVIDÊNCIA ADOTADA - Realizado processo licitatório e aquisições de rádio comunicação (HT) para todas as descentralizadas e SR e Base Paiaguás (com recursos provenientes da CGPRE) - projeto SELOG - para todas as delegacias que trabalham no combate ao contrabando de entorpecentes. Faltaram recursos orçamentários para a dotação de estações repetidoras nas delegacias de Três Lagoas, Naviraí e Ponta Porã, cujos respectivos projetos foram encaminhados à DLOG/DPF.
27	<i>Dotar os policiais que atuam na área operacional de armamento adequado com os trabalhos realizados.</i>	<i>Necessidade de armamento adequado ao enfrentamento ao crime organizado.</i>	SR/MS	<i>Aquisição de armamento longo (fuzis - escopetas).</i>	ATINGIDA - Recebido armamento através do Órgão-Central.
28	<i>Implantar o Serviço Social na Regional.</i>	<i>Melhorar a qualidade geral de vida e a capacidade laboral dos servidores.</i>	SR/MS	<i>Implantar o Serviço Social em razão da existência de uma Assistente Social</i>	NÃO ATINGIDA - Em virtude da remoção por reunião familiar, da única servidora da área de assistência social, ficamos impedidos de implantar o serviço, até que a SR/DPF/MS seja contemplada com a lotação de servidor para tal mister.

29	<i>Criar e implementar um Banco de Dados criminais a ser gerenciado e alimentado pela DELEFAZ.</i>	<i>Necessidade de conhecer o "modus operandi" de pessoas físicas e jurídicas envolvidas com a prática de crimes da competência da DELEFAZ</i>	<i>SR/MS</i>	<i>Implantar o Banco de Dados</i>	<i>ATINGIDA – Através alimentação de dados no Sistema Guardião.</i>
30	<i>Atualizar a instrução de serviço do plantão e de segurança do prédio, visando adequar a anexação de novas instalações que antes pertenciam a FUNASA.</i>	<i>Disponibilizar esta Regional de instrução de serviço adequada a realidade do Órgão.</i>	<i>DREX</i>	<i>Discutir e elaborar o documento</i>	<i>ATINGIDA – Elaboradas as propostas de instituição das seguintes normas, as quais se encontram sob análise: Instrução de Serviço nº 001/2007-SR/DPF/MS; Ordem de Serviço nº 001/2007-SR/DPF/MS.</i>
31	<i>Elaborar instrução de serviço para controle de viaturas oficiais, com autorização de uso e as apreendidas e sob a responsabilidade da Regional e de suas Unidades descentralizadas.</i>	<i>Disponibilizar para a administração um diagnóstico confiável e controle sobre os veículos.</i>	<i>SELO G</i>	<i>Discutir e elaborar o documento</i>	<i>ATINGIDA – Elaborada a proposta de instituição da Instrução de Serviço nº 002/2007-SR/DPF/MS, a qual se encontra sob análise.</i>

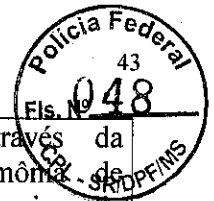
32	<i>Contratação de vigilantes e recepcionistas para as Delegacias do interior.</i>	<i>Em razão do reduzido efetivo tal medida viria a desonerar o servidores policiais para otimizar os trabalhos operacionais.</i>	SR/MS	<i>Gestões e efetivação dos contratos.</i>	PARCIALMENTE ATINGIDA PROVIDÊNCIA ADOTADA – Foram solicitados recursos para todas as áreas e conseguiu-se para vigilantes para um turno (noturno) para quatro descentralizadas (NVI, PPA, CRA e TLS) que ainda não possuem serviço de vigilância.
33	<i>Adquirir equipamentos de comunicação com linguagem e sistema de codificação e decodificação o criptografados.</i>	<i>Dotar a Regional de recursos tecnológicos adequados às demandas técnicas das atividades a seu cargo, visando a realização de trabalhos de inteligência em condições seguras.</i>	SR/MS	<i>Gestões junto a CGPR, DCOR e DLOG.</i>	PARCIALMENTE ATINGIDA PROVIDÊNCIA ADOTADA – Foram adquiridos alguns rádios HT's para delegacias do interior, DRE e Base Paiaguás, mas não permitem criptografia. A DLOG através do PRÓ-AMAZÔNIA/PROMOTEC tem projeto para realizar as aquisições e distribuição para todo Brasil.

34	<p><i>Procurar a capacitação dos Peritos lotados nesta Regional em áreas como documentos de segurança, explosivos, identificação em veículos, uso dos programas Excel e Access.</i></p>	<p><i>Necessidade de capacitação dos servidores do Setor para um melhor desempenho.</i></p>	SR/MS	<p><i>Gestões junto a DGP e DITEC.</i></p>	<p>ATINGIDA - Total de cursos e seminários disponibilizados a servidores da Regional e descentralizadas em 2007: 89 (oitenta e nove). Total de cursos e seminários disponibilizados a Peritos Criminais Federais lotados nesta Regional em 2007: 12 (doze).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Curso de Varredura eletrônica – INC/DF – 05 a 09.03.07 • Curso de Estudo de impacto ambiental – INC/DF – 07 a 11.05.07 • 2ª Turma de Capacitação em fonética forense – INC/DF – 10 a 29.06.07 • 1ª Etapa de Capacitação nacional em fonética forense – Brasília/DF – 06 a 24.08.07 • II Seminário nacional em documentoscopia – Brasília/DF – 16 a 21.09.07 • III Curso de investigação e busca de aparatos clandestinos de interceptação – INC/DF – 01 a 05.10.07 • 2ª Etapa de Capacitação nacional em fonética forense – Brasília/DF – 30.09.07 a 09.11.07 • I Curso de combate ao comércio ilegal de agrotóxicos e afins – Brasília/DF – 22 a 27.10.07 • Curso Programa de desenvolvimento de gerentes operacionais e supervisores (DGOS) – ENAP/DF – 05 a 30.11.07 • Curso de perícia de informática e IV CYBE R 2007 – Guarujá/SP – 22 a 29.09.07 • IV Seminário de perícias em engenharia civil – Florianópolis/SC – 14 a 19.10.07 • Curso de coleta de amostra
----	---	---	-------	--	---

35	Reinstalar o SETEC nesta sede, visando um melhor aproveitamento do espaço físico.	Necessidade de ocupação e reforma na área cedida pela FUNASA, em anexo a esta Regional.	SELO G	Reforma das atuais instalações desta Regional, com a ocupação dos espaços obtidos junto a FUNASA.	ATINGIDA – A obra de reinstalação e ampliação do SETEC está em fase final, cuja reforma será entregue até dezembro/2007, com novos laboratórios o que possibilitará recebimento de novos equipamentos, melhorando a qualidade do Setor Técnico Científico e conseqüentemente a qualidade da PF/MS.
36	Adquirir licença do software ArcView.	Necessidade de equipamento que permita a análise de mapas, imagens de satélite e confecção de mapas em Perícias Ambientais.	SELO G	Gestões junto a DLOG e DITEC	NÃO ATINGIDA – Não obtivemos êxito quanto aos pleitos realizados nesse sentido, junto à DLOG/DPF.
37	Adquirir licença do software Encase.	Necessidade de equipamento que permita realização de exames periciais na área de informática.	SELO G	Gestões junto a DLOG e DITEC	NÃO ATINGIDA – Não obtivemos êxito quanto aos pleitos realizados nesse sentido, junto à DLOG/DPF.
38	Realizar adaptações no laboratório de informática/eletrônica.	Otimizar a realização de perícias nas áreas de informática e eletrônica.	SELO G	Gestões junto a DLOG e DITEC	ATINGIDA – Vem sendo realizadas as modificações necessárias na obra a ser entregue até dezembro/2007.

39	<p><i>Construção da nova sede da Delegacia de Polícia Federal em Corumbá/MS.</i></p>	<p><i>Necessidade de dotar a descentralizada de instalações adequadas para cumprimento de suas atribuições.</i></p>	<p>SR/DP F/MS DLOG/ DPF SELO G</p>	<p>Gestões junto a DLOG</p>	<p>NÃO ATINGIDA – PROVIDÊNCIA ADOTADA – Durante todo ano de 2007 foram realizadas gestões para conseguir o terreno. A transferência definitiva da área se encontra em tramitação. A Secretaria do Patrimônio da União vem colaborando nesse sentido. Tão logo concretizada a parte formal da aquisição da área, será realizado o projeto de construção, sendo em seguida pleiteados os necessários recursos orçamentários e financeiros para a realização do certame licitatório.</p>
40	<p><i>Aquisição de máquinas digitais, filmadoras, equipamentos para gravação e geração de DVD e aparelhos de som.</i></p>	<p><i>Visa atender a demanda da Regional e suas projeções no interior de equipamentos para auxílio nos trabalhos de levantamento.</i></p>		<p>Gestões junto a DLOG</p>	<p>PARCIALMENTE ATINGIDA – PROVIDÊNCIA ADOTADA – Foram adquiridas máquinas fotográficas e filmadoras, restando a obtenção de recursos orçamentários e financeiros visando a aquisição dos equipamentos para gravação e geração de DVD e aparelhos de som.</p>

III – METAS INSTITUCIONAIS					
ÍTE M	META	JUSTIFICATI VA	EXEC UTOR	AÇÃO	ATINGIDAS OU NÃO



01	<i>Manter na sede da SR/MS e incrementar em todas as Delegacias do interior a cerimônia do hasteamento da bandeira</i>	<i>Valorizar os símbolos nacionais e do DPF</i>	<i>SR/MS Todas Unidades interior</i>	<i>Manter o programa na capital e implementá-lo no interior</i>	ATINGIDA – Através da realização da cerimônia de hasteamento no primeiro dia útil de cada mês.
02	<i>Realizar, periodicamente, reuniões com as Chefias da Capital e interior do estado.</i>	<i>Necessidade de padronizar procedimentos e ações</i>	<i>SR/MS</i>	<i>Realizar as reuniões</i>	ATINGIDA – São realizadas reuniões periódicas com as Chefias e com o efetivo geral no âmbito da SR/DPF/MS e respectivas descentralizadas.
03	<i>Manter o estreitamento e nas relações com demais órgãos, das esferas federal e estadual.</i>	<i>Necessidade de aproximação com os demais órgãos para um trabalho em conjunto</i>	<i>SR/MS Todas as Unidades interior</i>	<i>Programa de visitas e operações em conjunto</i>	ATINGIDA – Foram realizadas reuniões com as autoridades do Judiciário Estadual e Federal, bem assim, com autoridades gestoras de Órgãos do Poder Executivo Estadual e Federal, cujos ramos de atuação de alguma forma tangenciam os fins constitucionais do DPF. Tais reuniões ocorrem de forma a manter o rumo da maior aproximação entre as instituições.
04	<i>Visitas periódicas as Delegacias do interior do estado.</i>	<i>Verificar o andamento dos trabalhos.</i>	<i>SR/MS</i>	<i>Elaborar Plano de visitas periódicas do SR, DREX, DRCOR e COR.</i>	ATINGIDA – São realizadas visitas periódicas às descentralizadas, oportunidades em que ocorrem reuniões com as respectivas Chefias e efetivo geral.

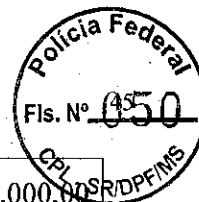
05	<i>Acompanhar o andamento dos inquéritos policiais de maior repercussão, instaurados na SR ou nas suas Projeções do interior do estado.</i>	<i>Necessidade de um controle sobre a atividade policial no estado.</i>	SR/MS	<i>Exercer permanentemente o controle através da COR.</i>	ATINGIDA – É realizado o acompanhamento das investigações em curso, com ênfase àquelas de maior repercussão e/ou sensibilidade, através do Superintendente Regional, do Delegado Regional Executivo, do Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado, do Corregedor Regional de Polícia Federal, e do Chefe do Núcleo de Inteligência Policial, conforme a matéria.
----	---	---	-------	---	--

Recursos Financeiros

Diárias: R\$ 3.111.660,54;
 Passagens: R\$ 285.603,85;
 Serviços: R\$ 2.044.710,24;
 Aquisições de bens de consumo: R\$ 1.915.938,08;
 Aquisições de bens permanentes: R\$ 4.436.798,08.

Listar os contratos de terceirização (mão-de-obra, serviço de manutenção, segurança, etc.):

ITEM	Nº DO CONTRATO	OBJETO	VALOR DO CONTRATO
1	11/2005	Correios e Telégrafos – telemáticos convencionais	55.000,00
2	12/2003	Correios e Telégrafos - Malotes	35.000,00
3	23/2006	Oficina Mecânica para a Delegacia de PPA	50.000,00
4	20/2006	Oficina Mecânica para a Delegacia de DRS	55.000,00
5	16/2006	Oficina Mecânica para a SR	360.000,00
6	10/2006	Conservação e manutenção de veículos da SR/DPF/MS	93.859,65
7	17/2004	Limpeza e Conservação	482.803,26
8	18/2006	Serviço de confecção de chaves e carimbos	6.000,00
9	02/2006	fornecimento de cópias e impressões	49.245,00
10	14/2004	Vigilância Armada	417.636,43
11	21/2006	Oficina Mecânica para a Delegacia de NVI	45.000,00
12	34/2006	Serviços de Intérprete para a Delegacia de Repressão a Entorpecentes	45.000,00
13	35/2006	Serviços de Intérprete para a DPF/PPA/MS	45.000,00
14	11/2006	Serviços de comunicação de dados	441.800,04
15	30/2006	Manutenção Predial	337.500,00



16	21/2005	Fornecimento de alimentação aos custodiados da DPF.B/PPA e DPF.B/DRS	50.000,00
17	14/2006	Serviço de Informática	414.612,06
18	21/2004	Telefonia fixa comutada	430.000,00
19	29/2006	Alimentação para os custodiados da SR/DPF/MS	80.000,00
20	01/2007	Sistema guardião	215.619,12
21	07/2007	Passagens aéreas e terrestres	480.000,00
22	08/2007	Publicação Resultados de Licitações na Imprensa Nacional	10.000,00
23	09/2007	Telecomunicação móvel por satélite (SMGS)	4.000,00
24	10/2007	Manutenção de ar condicionado	75.000,00
25	12/2007	Oficina mecânica para atender a Frota da Delegacia de Corumbá/MS	55.000,00
26	13/2007	Oficina mecânica para atender a Frota da Delegacia de Três Lagoas/MS	45.000,00
27	14/2007	Prestação de serviços de copeira e aux. Armazém	47.564,99
28	15/2007	Transporte de bagagens de servidores e bens em geral	60.000,00
29	16/2007	Manutenção de 2 elevadores	18.000,00
30	19/2007	Fornecimento de alimentação aos custodiados da SR/DPF/MS	90.000,00
31	21/2007	Serviço de confecção de chaves e carimbos	10.000,00
TOTAL			4.603.640,55

OBS.: Não incluídas despesas com combustíveis.

Não incluídas despesas com energia elétrica, água e telefonia celular por não possuir contrato

Recursos Humanos:

Em relação ao Setor de Recursos Humanos, informo:

1. O encaminhamento ao controle interno dos dados e informações relativos aos **atos de admissão e desligamento** é efetuado pelo Órgão Central em Brasília, ou seja, a Coordenação de Recursos Humanos.
2. O encaminhamento ao controle interno dos dados e informações relativos aos **atos de aposentadoria, reforma e pensão** é também efetuado pelo Órgão Central em Brasília, ou seja, a Coordenação de Recursos Humanos.

Quantitativo de pessoal discriminado por Unidade:

SR/DPF/MS – SEDE

ANO: 2007

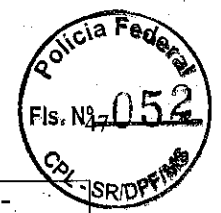


CARGOS	EFETIVO ANTERIOR	EXCLUSÃO	INCLUSÃO	TOTAL
DPF	25	07	09	27
PCF	22	02	03	23
APF	78	05	09	82
EPF	31	01	01	31
PPF	09	-	-	09
MÉDICO	02	-	-	02
AADM	45	02	-	43
ATE	03	-	01	04
DAT	01	-	-	01
APT	-	-	-	-
TEL	01	-	-	01
ACM	01	-	-	01
MOF	02	-	-	02
AOSD	05	-	-	05
TÉC. CON	01	-	-	01
ASS. SOCIAL	-	-	-	-
CONTADOR	01	-	-	01
ENF	02	-	-	02
ADMINISTRADOR	-	-	-	-
ASSISTENTE JURÍDICO	-	-	-	-
TOTAL	229	17	23	235

DPF.B/CORUMBÁ/MS

ANO: 2007

CARGOS	EFETIVO ANTERIOR	EXCLUSÃO	INCLUSÃO	TOTAL
DPF	04	-	02	06
PCF	-	-	-	-
APF	27	06	-	21
EPF	05	-	01	06
PPF	01	-	-	01
MÉDICO	-	-	-	-
AADM	02	-	-	02
ATE	-	-	-	-
DAT	-	-	-	-
APT	-	-	-	-
TEL	-	-	-	-
FARMAC	-	-	-	-



MOF	-	-	-	-
AOSD	01	-	-	01
TÉC. CON	-	-	-	-
ASS. SOCIAL	-	-	-	-
CONTADOR	-	-	-	-
ENF	-	-	-	-
ADMINISTRADOR	-	-	-	-
ASSISTENTE JURÍDICO	-	-	-	-
TOTAL	40	06	03	37

DPF.B/DOURADOS/MS

ANO: 2007

CARGOS	EFETIVO ANTERIOR	EXCLUSÃO	INCLUSÃO	TOTAL
DPF	07	-	01	08
PCF	-	-	06	06
APF	29	01	02	30
EPF	08	-	01	09
PPF	01	-	-	01
MÉDICO	-	-	-	-
AADM	03	-	-	03
ATE	02	01	-	01
DAT	-	-	-	-
APT	-	-	-	-
TEL	-	-	-	-
FARMAC	-	-	-	-
MOF	01	-	-	01
AOSD	-	-	-	-
TÉC. CON	-	-	-	-
ASS. SOCIAL	-	-	-	-
CONTADOR	-	-	-	-
ENF	-	-	-	-
ADMINISTRADOR	-	-	-	-
ASSISTENTE JURÍDICO	-	-	-	-
TOTAL	51	02	10	59

DPF.B/NAVIRAÍ/MS

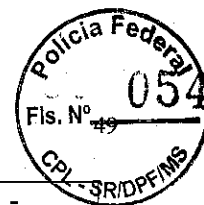
ANO: 2007

CARGOS	EFETIVO ANTERIOR	EXCLUSÃO	INCLUSÃO	TOTAL
DPF	04	-	01	05
PCF	-	-	-	-
APF	18	01	05	22
EPF	04	-	01	05
PPF	01	-	-	01
MÉDICO	-	-	-	-
AADM	01	-	-	01
ATE	-	-	-	-
DAT	-	-	-	-
APT	-	-	-	-
TEL	-	-	-	-
FARMAC	-	-	-	-
MOF	-	-	-	-
AOSD	-	-	-	-
TÉC. CON	-	-	-	-
ASS. SOCIAL	01	-	-	01
CONTADOR	-	-	-	-
ENF	-	-	-	-
ADMINISTRADOR	-	-	-	-
ASSISTENTE JURÍDICO	-	-	-	-
TOTAL	29	01	07	35

DPF.B/PONTA PORÁ/MS

ANO: 2007

CARGOS	EFETIVO ANTERIOR	EXCLUSÃO	INCLUSÃO	TOTAL
DPF	04	-	01	05
PCF	-	-	-	-
APF	19	-	05	24
EPF	08	-	-	08
PPF	01	-	-	01
MÉDICO	-	-	-	-
AADM	01	-	-	01
ATE	-	-	-	-
DAT	-	-	-	-
APT	-	-	-	-
TEL	-	-	-	-
FARMAC	-	-	-	-
MOF	-	-	-	-
AOSD	-	-	-	-
TÉC. CON	01	-	-	01



ASS. SOCIAL	-	-	-	-
CONTADOR	-	-	-	-
ENF	-	-	-	-
ADMINISTRADOR	-	-	-	-
ASSISTENTE JURÍDICO	-	-	-	-
TOTAL	34	-	06	40

DPF.B/TRÊS LAGOAS/MS

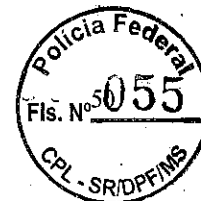
ANO: 2007

CARGOS	EFETIVO ANTERIOR	EXCLUSÃO	INCLUSÃO	TOTAL
DPF	03	-	02	05
PCF	-	-	-	-
APF	18	03	03	18
EPF	04	-	02	06
PPF	01	-	-	01
MÉDICO	-	-	-	-
AADM	02	-	-	02
ATE	-	-	-	-
DAT	-	-	-	-
APT	01	-	-	01
TEL	-	-	-	-
FARMAC	-	-	-	-
MOF	-	-	-	-
AOSD	-	-	-	-
TÉC. CON	-	-	-	-
ASS. SOCIAL	-	-	-	-
CONTADOR	-	-	-	-
ENF	-	-	-	-
ADMINISTRADOR	-	-	-	-
ASSISTENTE JURÍDICO	-	-	-	-
TOTAL	29	03	07	33

Cargos Comissionados, distribuídos por Unidade:

SR/DPF/MS
01 DAS 101.3
03 DAS 101.1
03 FGR 2
17 FGR 13

CORUMBÁ
01 FGR 2



DOURADOS 01 FGR 2
NAVIRAÍ 01 FGR 2
PONTA PORÃ 01 FGR 2
TRÊS LAGOAS 01 FGR 2

- Há na SR/DPF/MS 01 (um) servidor cedido ao Ministério da Justiça.
- A Unidade não possui estagiários.
- Diárias: Anexo 1 do Relatório de Gestão (fornecido pelo NEOF).

Terceirizados:

CONTRATO	Nº
Serviços de limpeza e conservação	33
Serviços de Vigilância Armada	11
Serviços de informática	8
Serviços de lavagem de veículos	3
Auxiliar de serviços gerais	2
Copeira	1
TOTAL	53

4. Desempenho operacional

4.1 INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO

4.1.1 Percentual de execução de metas POLICIAIS, ADMINISTRATIVAS e INSTITUCIONAIS:

4.1.1.1. Percentual de execução das METAS POLICIAS: das 34 metas policiais, 6 não foram atingidas, 2 foram atingidas parcialmente e 26 foram atingidas totalmente, conforme percentual abaixo:

- a) 17,64,33% NÃO ATINGIDAS;
- b) 76,47% ATINGIDAS;
- c) 5,88% ATINGIDAS PARCIALMENTE.

3.3.1.2. Percentual de execução das METAS ADMINISTRATIVAS: das 40 metas administrativas, 7 não foram atingidas, 19 foram atingidas parcialmente e 14 foram atingidas totalmente, conforme percentual abaixo:



- a) 17,50% NÃO ATINGIDAS;
- d) 35,00% ATINGIDAS;
- e) 47,50% ATINGIDAS PARCIALMENTE.

3.3.1.3. Percentual de execução das METAS INSTITUCIONAIS: das 5 metas institucionais, todas foram atingidas, tendo portando 100% de êxito:

3.3.1.4. AVALIAÇÃO GERAL:

- a) 16,45% NÃO ATINGIDAS;
- b) 56,96% ATINGIDAS;
- c) 26,58% ATINGIDAS PARCIALMENTE.

3.3.2 O percentual de execução de metas visa aferir a eficiência da administração na execução de seus objetivos:

3.3.3 Fórmula de cálculo e método de medição: Percentuais sobre o universo das metas policiais, metas administrativas e metas institucionais, divididas em ATINGIDAS, NÃO ATINGIDAS e ATINGIDAS PARCIALMENTE.

4.1 VINCULAÇÃO DAS REALIZAÇÕES DA UNIDADES COM O PLANO PLURIANUAL

4.1.1 Ação nº 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União.

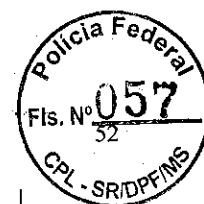
Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: Não foi disponibilizado para esta unidade.

Atividades desenvolvidas no âmbito da Ação.

Setor Técnico-Científico – SETEC

Quadro de Laudos Emitidos

Quadro de Laudos Emitidos					
Área de Exame	2003	2004	2005	2006	2007
Perícias Contábeis e Econômicas	11	12	11	9	17
Perícias de Audiovisual e Eletroeletrônicos	178	239	96	134	46
Perícias de Balística Forense	105	1227	2507	1140	151
Perícias de Engenharia	0	2	0	1	3
Perícias de Informática	13	17	54	101	343
Perícias de Laboratório	658	716	889	733	716
Perícias de Local de Crime	21	19	19	17	27



Perícias de Meio Ambiente	1	8	7	13	7
Perícias de Veículos	214	195	351	325	332
Perícias Documentoscópicas	345	344	450	258	420
Perícias Merceológicas	99	112	274	302	310
TOTAL	1645	2891	4658	3033	2372

Inteligência Policial – NIP

INTELIGÊNCIA POLICIAL - NIP

OPERAÇÃO / ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS (S ou N)
Operação Sabinas	Campo Grande /MS Dourados/MS São Paulo/SP São Luis do Maranhão/MA	Repressão ao tráfico internacional de pessoas com o fim de exploração sexual; Combate ao Rufianismo	Cumprimento de 10 Mandados de Prisão e 12 Mandados de Busca e Apreensão	Sim

Polícia de Imigração – DELEMIG

ANO DE REFERÊNCIA: 2002 a 2007

ÍNDICES	2003	2004	2005	2006	2007
Passaporte expedido	3.513	4.515	6.213	6.694	7.341
Carteira de Estrangeiro	160	121	148	211	149
Auto de infração de estrangeiro	123	104	147	301	199
Entrada de Estrangeiro	87	74	265	5.677	2.349
Saída de Estrangeiro	74	59	148	5.664	1.808
Expulsão	05	07	08	08	19
Deportação	09	05	17	04	01
Extradição	-	-	-	01	-
Repatriação	-	-	-	-	-

OPERACÕES POLICIAIS - DELEMIG/SR/MS

ANO DE REFERÊNCIA: 2002 a 2007

NOME DA	DESCRIÇÃO DA	RECURSOS	PRINCIPAIS
----------------	---------------------	-----------------	-------------------



OPERAÇÃO	OPERAÇÃO (Incluindo participação de outros órgãos federais, estaduais e municípios)	EMPREGADOS (Nº de Policiais envolvidos, viaturas, armas, etc)	RESULTADOS (nº de presos, quantidades apreendidas de drogas, armas, carga roubada, produtos falsificados, contrabando e descaminho)
Fiscalização no Aeroporto	Fiscalização no Aeroporto Internacional de Campo Grande-MS	OM Nº 708/2007-DELEMIG/MS	- Sem ocorrências

VS: Verba Secreta - dado não informado pela delegacia.

Repressão a Crimes Previdenciários - DELEPREV

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS ou N
Não houve operação no exercício de 2007.				

VS: Verba Secreta. Não

Índices

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
Quantidade de IPL's instaurados	01	19	34	23	32
Quantidade de IPL's relatados	00	24	35	38	41
Quantidade de IPL's em andamento	5	10	24	38	51
Estimativa de valores apurados nos	16.344.377,93	Não informado	4.486.934,50	4.333.047,86	9.671.978,11



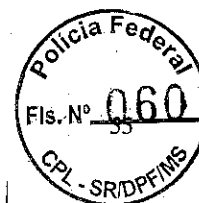
ÍNDICES	QUANTIDADE				
inquéritos policiais: R\$					

Repressão a Crimes Fazendários - DELEFAZ

Operação	Local	Objetivo	Resultado	Uso de VS S ou N
Artemis III	Campo Grande, Três Lagoas, Dourados, Corumbá, Ladário e Naviraí.	Cumprir mandados de busca e apreensão expedidos pela 5ª Vara da Justiça Federal de Campo Grande em estabelecimentos comerciais.	Foram apreendidas mais de 460 máquinas caça-níqueis cujo componente de programação seriam de origem estrangeira objeto de contrabando e/ou descaminho.	
Xeque-mate	Campo Grande, Dourados, Ponta Porã, Paranaíba, São Paulo, São Bernardo do Campo, Campo Limpo Paulista, Monguagá, Jundiá, São José do Rio Preto, Nhandeara, Ribeirão dos Índios, Araçatuba, Três Lagoas, Sorocaba, Votorantim, Curitiba, Umuarama, Porto Velho, Samambaia, Taguatinga e Uberlândia.	Cumprir Mandados de Busca e Apreensão e Mandados de Prisão Temporária contra envolvidos em crimes como contrabando, corrupção e tráfico de drogas.	Prisão de 80 pessoas, dezoito flagrantes, apreensão de máquinas caça-níqueis, armas, munições, veículos, jóias e numerário em moeda nacional e estrangeira.	

Índices

Item	Tipificação		Quantidade	Percentual
	Tipo	Crime		
1	Art. 334 (C.P.B)	Contrabando ou descaminho	53	9,27%
2	Art. 171 (C.P.B)	Estelionato	51	8,92%
3	Art 289 (C.P.B)	Moeda Falsa	109	19,06%
4	Lei nº 8.137/90	Ordem Tributária	49	8,57%
5	Art. 157 (C.P.B)	Roubo	4	0,70%



6	Lei nº 7.492/86	Sistema Financeiro Nacional	68	11,89%
7	Art. 155 (C.P.B)	Furto	25	4,37%
8	Lei nº 9.605/98	Meio Ambiente	33	5,77%
9	Art. 299 (C.P.B)	Falsidade Ideológica	21	3,67%
10	Art. 304 (C.P.B)	Uso de Documento Falso	26	4,55%
11	Lei nº 9.472/97	Serviços de Telecomunicações	78	13,64%
12	Art. 312 (C.P.B)	Peculato	5	0,87%
13	Art. 297 (C.P.B)	Falsificação de Documento Público	9	1,57%
14	Art. 168 (C.P.B)	Apropriação Indébita	23	4,02%
15	Lei nº 4.117/62	Telecomunicações	-	-
16	Art. 342 (C.P.B)	Falso testemunho	16	2,80%
17	Art. 293 (C.P.B)	Falsificação de Papéis Públicos	2	0,35%
18	Outros	Diversos	-	-
TOTAL			572	100,00%

Defesa Institucional - DELINST

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
Não houve operação no período de 2007.				

VS: Verba Secreta. Prejudicado

Controle de Segurança Privada - DELESP

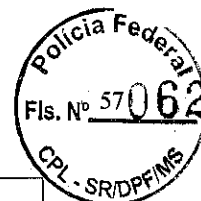
OPERAÇÃO	LOCAL	ATIVIDADE	RESULTADO	VERBA SECRETA
Fiscalização em empresa clandestina	Campo grande	Fiscalizar atividade clandestina de vigilância e denúncia de porte irregular de arma de fogo. Empresa HÉLIO CORREA TERRAPLANAGEM	Positivo	Não
Fiscalização em empresa clandestina	Campo grande	Fiscalizar atividade clandestina de vigilância. CENTRO DE CONVENÇÕES ALBANO FRANCO	Positivo	Não
Fiscalização em agências	Campo grande	Fiscalizar agências bancárias para emissão de portaria de aprovação de	Positivo	Não



bancárias		plano de segurança -- OMP 25/2007		
Fiscalização em empresa especializada e empresas clandestinas	São Gabriel do Oeste	Realizar vistoria na empresa STILO SEGURANÇA LTDA – fiscalizar atividade irregular de segurança privada – OMP 333/2007	Positivo	Não

Fiscalização em agências bancárias e empresas clandestinas	Sidrolândia, Guia Lopes da Laguna, Nioaque e Jardim	Fiscalizar agências bancárias para emissão de portaria de aprovação de plano de segurança – fiscalizar atividade irregular de segurança privada – OMP 376/2007	Positivo	Não
Fiscalização em empresa clandestina	Aquidauana	Fiscalizar atividade clandestina de vigilância 7º ARRAIÁ PANTANEIRO DE AQUIDAUANA – OMP 482/2007	Positivo	Não
Fiscalização em agências bancárias e empresas clandestinas	Bonito, Bodoquena, Dois Irmãos do Buriti	Fiscalizar agências bancárias para emissão de portaria de aprovação de plano de segurança – fiscalizar atividade irregular de segurança privada – OMP 625/2007	Positivo	Não
Fiscalização em agências bancárias e empresas clandestinas	Camapuã, Rio Negro, Coxim, Pedro Gomes e Sonora	Fiscalizar agências bancárias para emissão de portaria de aprovação de plano de segurança – fiscalizar atividade irregular de segurança privada – OMP 878/2007	Positivo	Não

Índices



ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
Aplicação de multa ¹	prej.	prej.	prej.	prej.	prej.
Certificados emitidos	90	73	79	93	81
carteiras de vigilantes expedidas	256	769	1520	1175	930
vistorias realizadas	361	335	275	293	174

Repressão a Crimes Contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
Não houve operação da delegacia no exercício de 2007.				

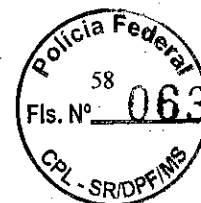
VS: Verba Secreta. Prejudicado

Análise Crítica: A DELEMAPH não desenvolveu no ano de 2007, nenhuma operação específica de meio ambiente tendo em vista o efetivo da delegacia se resume em um DPF e um EPF.

A Delegacia necessita com urgência de estrutura para desenvolver suas atribuições.

4.1.2 Ação nº 2680 - Combate ao Crime Organizado, ao Tráfico Ilícito de Drogas e Armas e à Lavagem de Dinheiro.

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: Dados não informados pela Direção Geral até o momento.



Repressão a Crimes Financeiros – DELEFIN

Operação/Atividade	Local	Objetivo	Resultado	Uso de VS
Fronteira Sul – repressão à lavagem de dinheiro.	Ponta Porá/MS	Reprimir atividades de lavagem de dinheiro, tendo como antecedente o crime de tráfico internacional de drogas.	Os trabalhos estão em andamento.	Não
Nova Ordem – repressão à lavagem de dinheiro	Naviraí/MS	Reprimir atividades de lavagem de dinheiro, tendo como antecedente o crime de contrabando.	Os trabalhos estão em andamento.	Não

Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas – DELEARM

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	USO DE VS S ou N.
“OPERAÇÃO CORUMBÁ”	CORUMBÁ – CAMPO GRANDE/MS	REPRIMIR TRÁFICO DE ARMAS	Infrutífero, tendo em vista que o que aparentemente seria uma remessa de vinte fuzis da Bolívia para o tráfico carioca acabou se constatando ser um estelionato aplicado contra a pessoa residente no Rio de Janeiro/RJ.	N

VS: Verba Secreta. Não.



QUANTIDADE DE ARMAS APREENDIDAS

TIPO (pistola, revólver, fuzil, etc)	CALIBRE	QUANTIDADE
Prej.	Prej.	Prej.

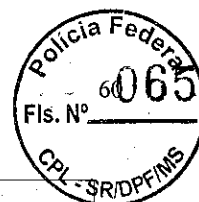
Repressão a Entorpecentes – DRE

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
Não houve operação em 2007.				

VS: Verba Secreta. Prejudicado.

Índices

TIPOS DE ENTORPECENTES	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
COCAÍNA (KG)	696,347	366,967	632,242	1.065,007	908,628
CRACK (KG)	0,034	1,012	4,785	-	-
HAXIXE (KG)	3,799	7,861	599,000	4,257	5,490
LSD (UN)	16	-	-	-	-
LANÇA PERFUME (FR)	-	-	204	-	-
M.D.M.A. (UN) - Exctase	47	-	702	-	-
MACONHA (KG)	7.709,078	5.124,175	8.479,975	9.147,532	14.923,855
MERLA (KG)	-	-	-	-	-
PASTA BASE (KG)	-	-	5,780	-	-
PÉS DE MACONHA (UN)	-	-	-	-	-
PSICOTRÓPICOS (UN)	-	-	-	-	-
SEMENTE DE MACONHA (KG)	-	-	-	-	-
CLORETO DE ETILA (L)	-	-	-	-	-
HEROÍNA (KG)	-	-	-	-	-



CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS

ATIVIDADES	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
EMPRESAS FISCALIZADAS	-	-	-	193	167
CADASTROS APROVADOS *	82	87	75	79	37
LICENÇAS RENOVADAS *	43	83	90	135	107
AUTORIZAÇÕES PRÉVIAS EMITIDAS - IMPORTAÇÃO	**	**	**	**	**
AUTORIZAÇÕES PRÉVIAS EMITIDAS - EXPORTAÇÃO	**	**	**	**	**
AUTORIZAÇÕES ESPECIAIS EMITIDAS	**	**	**	**	**
PRODUTOS QUÍMICOS APREENDIDOS (LÍQUIDO - L)	-	-	0,64	16	5.690
PRODUTOS QUÍMICOS APREENDIDOS (SÓLIDO - KG)	4,090	637	4,485	1.697,37	638
VALORES ARRECADADOS - TAXAS	***	***	***	***	***
VALORES ARRECADADOS - MULTAS	***	***	***	***	***

* - Cadastros e Licenças referentes a todo o Estado de Mato Grosso do Sul.

** - Estes dados devem ser requeridos diretamente na Divisão de Controle de Produtos Químicos DCPQ/DPF/SR/DF.

*** - Estes dados devem ser requeridos diretamente na Secretaria Nacional Anti-drogas - SENAD.

Repressão a Crimes Contra o Patrimônio - DELEPAT

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
Não houve nenhuma operação em 2007				

VS: Verba Secreta. Prejudicado



Análise Crítica: Não foi feita análise crítica por parte da Delegacia.

4.1.3 Ação: 2662 – CAPACITAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA FEDERAL.

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: R\$ 3.615,00

EVENTO (curso, palestra, encontro, etc.)	PARTICIPANTES	LOCAL DE REALIZAÇÃO DO EVENTO
*	*	*

* Informação no ANEXO I

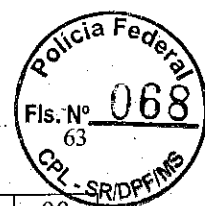
Outras atividades

Corregedoria Regional de Polícia Federal – COR

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COR/SR/DPF/MS EM 2007

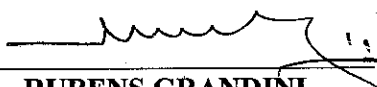
1. CORREGEDORIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL – COR

ATIVIDADES	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
CORREIÇÕES: Ordinárias e Parciais; SINPRO: Cadastramento e controle de procedimentos de atividades judiciárias.	SR e Descentralizadas	Verificar os procedimentos de Polícia Judiciária em tramitação, no tocante à parte formal e de qualidade, os Livros Cartorários, os expedientes pendentes, os depósitos das coisas apreendidas, os cartórios e custódia.	Conforme demonstrativo elaborado pelo NUCOR.
Procedimentos Administrativos Disciplinares	SR e Descentralizadas	Executar e controlar atividades de procedimentos administrati-vos disciplinares no tocante a Sindicâncias, PAD, Processos Especiais e Investigações Prévias.	Conforme demonstrativo elaborado pelo NUDIS.



NVI	00	00	00	03	00	03	00	00	00	00	00	00
TOTAL	00	00	00	17	12	06	05	04	01	01	01	00

Campo Grande/MS, 29 de Fevereiro de 2008.


RUBENS GRANDINI
Superintendente Regional em exercício



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



Tomada de Contas
2007

Cursos T & D



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Diretoria de Gestão de Pessoal

RELATÓRIO I - CURSOS APROVADOS E REALIZADOS

1. FAVOR preencher todos os campos do relatório abaixo.
2. Para cada curso deverá ser repetido o modelo do quadro abaixo.
3. Não incluir os cursos da Academia Nacional de Polícia, regidos pelo Plano de Ensino.

OBSERVAÇÃO: Deverá ser anexado ao relatório cópia da Nota de Crédito e da Nota de Empenho de cada curso aprovado e realizado.

Curso 01

NOME DO CURSO: PATOLOGIAS DAS CONSTRUÇÕES - TQ2MS			
Protocolo: 08200.019598/2007-41		Unidade Solicitante: SELOG/SR/DPF/MS	
Período de Realização: 04 E 05 DE OUTUBRO DE 2007		Carga Horária: 16 H	
Empresa Promotora: ACADEMIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA - CNPJ: 73.198.616/0001-92			
Local de Realização: CAMPO GRANDE/MS			
CUSTO UNITARIO		CUSTO TOTAL	
Inscrição: 690.00		Inscrição: 690.00	
Diárias: -		Diárias: -	
Passagens: -		Passagens: -	
TOTAL: 690.00		TOTAL: 690.00	
NOME DOS PARTICIPANTES			
IDANIEL CARVALHO DOS SANTOS	CARGO APF	MATRÍCULA 13.797	LOTAÇÃO SELOG

Insira mais linhas, se necessário.

OBSERVAÇÕES: AÇÃO DE CAPACITAÇÃO NÃO PREVISTA NO PCDRH.

Curso 02

NOME DO CURSO: XIII ENCONTRO NACIONAL DE PATOLOGIA VETERINÁRIA			
Protocolo: 0820016791/2007-20		Unidade Solicitante: SE/TEC/SR/MS	
Período de Realização: 14 A 19 DE JULHO DE 2007		Carga Horária: 48 H	
Empresa Promotora: UFMS - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL			
Local de Realização: CAMPO GRANDE/MS			
CUSTO UNITARIO		CUSTO TOTAL	
Inscrição: 300.00		Inscrição: 300.00	
Diárias: -		Diárias: -	
Passagens: -		Passagens: -	
TOTAL: 300.00		TOTAL: 300.00	
NOME DOS PARTICIPANTES			
I. ZOROASTRO BARBOSA PASSOS	CARGO PCF	MATRÍCULA 11.060	LOTAÇÃO SE/TEC

Insira mais linhas, se necessário.

OBSERVAÇÕES: AÇÃO DE CAPACITAÇÃO NÃO PREVISTA NO PCDRH.

EQUIPE T&D:



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Diretoria de Gestão de Pessoal

RELATÓRIO I - CURSOS APROVADOS E REALIZADOS

1. Favor preencher todos os campos do relatório abaixo.
2. Para cada curso deverá ser repetido o modelo do quadro abaixo.
3. Não incluir os cursos da Academia Nacional de Polícia, regidos pelo Plano de Ensino.

OBSERVAÇÃO: Deverá ser anexado ao relatório cópia da Nota de Crédito e da Nota de Empenho de cada curso aprovado e realizado.

Curso 01

NOME DO CURSO: GERENCIAMENTO DE TRANSPORTE PLANEJAMENTO, SISTEMA DE CUSTOS E MANUTENÇÃO DE FROTA			
Protocolo: 08200.016792/2007-74		Unidade Solicitante: NUTRAN/SELOG/SR/DPF/MS	
Período de Realização: 07 A 10 DE AGOSTO DE 2007		Carga Horária: 15 H	
Empresa Promotora: CONSULTRE - CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA - CNPJ: 36.003.671/001-53			
Local de Realização: RIO DE JANEIRO - MIRASOL COPACABANA HOTEL			
CUSTO UNITARIO		CUSTO TOTAL	
Inscrição: 1.690,00		Inscrição: 1.690,00	
Diárias: 742,20		Diárias: 742,20	
Passagens: 840,00		Passagens: 840,00	
TOTAL: 3.272,20		TOTAL: 3.272,20	
NOME DOS PARTICIPANTES			
1. SÉRGIO MANAUÉL NUNES LOURENÇO	CARGO	MATRICULA	LOTAÇÃO
	APF	8.966	NUTRAN

Insira mais linhas, se necessário.

OBSERVAÇÕES: A SOLICITAÇÃO DE CAPACITAÇÃO ESPECÍFICA O PERÍODO PARA O MÊS DE JULHO, ENTRETANTO, EM VIRTUDE DA REALIZAÇÃO DOS JOGOS PANAMERICANOS QUE FOI REALIZADO NO MESMO PERÍODO, TRANSFERIU-SE PARA A OUTRA DATA OFERECIDA NAS MESMAS CONDIÇÕES E PELA MESMA EMPRESA.
AÇÃO DE CAPACITAÇÃO NÃO PREVISTA NO PCDRH.

Curso 02

NOME DO CURSO: REDAÇÃO E PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA			
Protocolo: 08200.021594/2007-22		Unidade Solicitante: SETEC/SR/DPF/MS	
Período de Realização: 24 A 26 DE SETEMBRO DE 2007		Carga Horária: 15 H	
Empresa Promotora: FAPEC-FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA AO ENSINO E A CULTURA			
Local de Realização: CAMPO GRANDE/MS			
CUSTO UNITARIO		CUSTO TOTAL	
Inscrição: 50,00		Inscrição: 50,00	
Diárias: -		Diárias: -	
Passagens: -		Passagens: -	
TOTAL: 50,00		TOTAL: 50,00	
NOME DOS PARTICIPANTES			
1. ZOROASTRO BARBOSA PASSOS	CARGO	MATRICULA	LOTAÇÃO
	PCF	11.060	SETEC

Insira mais linhas, se necessário.

OBSERVAÇÕES: AÇÃO DE CAPACITAÇÃO NÃO PREVISTA NO PCDRH.

EQUIPE T&D:



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Diretoria de Gestão de Pessoal

RELATÓRIO II - CURSOS APROVADOS E NÃO REALIZADOS

1. Favor preencher todos os campos do relatório abaixo.
2. Para cada curso deverá ser repetido o modelo do quadro abaixo.
3. Não incluir os cursos da Academia Nacional de Polícia, regidos pelo Plano de Ensino.

OBSERVAÇÃO: Deverá ser anexado ao relatório cópia da Nota de Empenho de cada curso aprovado e não realizado.

Curso 01

NOME DO CURSO: CRUSO BÁSICO I DE CIRCUITO FECHADO DE TV	
PROTOCOLO: 08200.016790/2007-85	UNIDADE SOLICITANTE: SELOG/SR/DPF/MS
PERÍODO DE REALIZAÇÃO: 06 A 16 DE AGOSTO DE 2007	CARGA HORÁRIA: 32 H
EMPRESA PROMOTORA: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE SISTEMAS ELETRÔNICOS DE SEGURANÇA	
LOCAL DE REALIZAÇÃO: SÃO PAULO/SP	
MOTIVO PELO QUAL NÃO FOI REALIZADO: A EMPRESA NÃO TINHA CADASTRO NO SICAF NA ÉPOCA E NÃO DEU PARA CONFECCIONAR A NOTA EMPENHO.	

CUSTO UNITARIO	CUSTO TOTAL
INSCRIÇÃO: 785,00	INSCRIÇÃO: 785,00
DIÁRIAS: 1.484,40	DIÁRIAS: 1.484,40
PASSAGENS: 1.678,00	PASSAGENS: 1.678,00
TOTAL: 3.947,40	TOTAL: 3.947,40

NOME DOS PARTICIPANTES	CARGO	MATRICULA	LOTAÇÃO
1. JOSÉ HUMBERTO SANT ANNA DA SILVA	EPF	10.048	SELOG

Insira mais linhas, se necessário.

OBSERVAÇÕES: AÇÃO DE CAPACITAÇÃO NÃO PREVISTA NO PCDRH



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Diretoria de Gestão de Pessoal

RELATÓRIO II - CURSOS APROVADOS E NÃO REALIZADOS

1. Favor preencher todos os campos do relatório abaixo.
2. Para cada curso deverá ser repetido o modelo do quadro abaixo.
3. Não incluir os cursos da Academia Nacional de Polícia, regidos pelo Plano de Ensino.

OBSERVAÇÃO: Deverá ser anexado ao relatório cópia da Nota de Empenho de cada curso aprovado e não realizado.

Curso 01

NOME DO CURSO: ESTATÍSTICA APLICADA A EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL	
PROTOCOLO: 08200.021593/2007-88	UNIDADE SOLICITANTE: SETEC/SR/DPF/MS
PERÍODO DE REALIZAÇÃO: NOVEMBRO DE 2007	CARGA HORÁRIA: 30 H
EMPRESA PROMOTORA: FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA E A CULTURA - FAPEC - UFMS	
LOCAL DE REALIZAÇÃO: CAMPO GRANDE/MS	
MOTIVO PELO QUAL NÃO FOI REALIZADO:	
CANCELAMENTO DO CURSO PELA INSTITUIÇÃO PROMOTORA	

CUSTO UNITARIO	CUSTO TOTAL
INSCRIÇÃO: 100,00	INSCRIÇÃO: 100,00
DIÁRIAS: -	DIÁRIAS: -
PASSAGENS: -	PASSAGENS: -
TOTAL: 100,00	TOTAL: 100,00

NOME DOS PARTICIPANTES	CARGO	MATRICULA	LOTAÇÃO
1. ZOROASTRO BARBOSA PASSOS	PCF	11.060	SETEC

Insira mais linhas, se necessário.

OBSERVAÇÕES: AÇÃO DE CAPACITAÇÃO NÃO PREVISTA NO PCDRH



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Diretoria de Gestão de Pessoal

RELATÓRIO IV – OUTRAS AÇÕES – SEM ÔNUS PARA O DPF

1. Favor preencher todos os campos do relatório abaixo.
2. Para cada curso deverá ser repetido o modelo do quadro abaixo.
3. Não incluir os cursos da Academia Nacional de Polícia, regidos pelo Plano de Ensino.

Curso 01

NOME DO CURSO: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DO CENTRO OESTE			
PROTOCOLO:		UNIDADE SOLICITANTE: TELECENTRO	
PERÍODO DE REALIZAÇÃO: 22 E 23 DE FEVEREIRO DE 2007		CARGA HORÁRIA: 15 H	
EMPRESA PROMOTORA: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL			
LOCAL DE REALIZAÇÃO: CAMPO GRANDE/MS			
CUSTO UNITÁRIO		CUSTO TOTAL	
INSCRIÇÃO:		INSCRIÇÃO:	
DIÁRIAS:		DIÁRIAS:	
PASSAGENS:		PASSAGENS:	
TOTAL:		TOTAL:	
NOME DOS PARTICIPANTES			
CARGO		MATRICULA	LOTAÇÃO
2. REINALDO FERNANDES DE SANTANA		11.965	SRH/SR/MS
3. SAMUEL PRETTO ALVES		13.957	SELOG

Insira mais linhas, se necessário.

OBSERVAÇÕES:



ANEXO A

Demonstrativo de tomadas de contas especiais

(item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

Obs.: Caso não haja inserir no "ROTEIRO DE VERIFICAÇÃO DE PEÇAS E CONTEÚDOS" a expressão "NÃO SE APLICA".



ANEXO B

Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades

(item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

Obs.: Expedido pela COR apenas para as situações que causarem danos ao patrimônio.

“Não foi disponibilizado pelo setor”



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



Tomada de Contas
2007

ITEM

III



MINISTERIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS
Esplanada dos Ministérios – Bloco T – 4º andar – Sala 402 – Anexo II
CEP: 70064-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 3429-3827 – e-mail: cgrh@mj.gov.br

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que os servidores ALVINO JOSÉ LEITE, CPF: 226.733.771-15 e JOSÉ CARLOS GOMES, CPF: 115.517.631-68, responsáveis pela Contabilidade/MJ, estão em dia com a exigência da apresentação da Declaração de Bens e Rendas, referente ao Exercício 2007, Ano-Base 2006, de que tratam a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, e a IN/TCU nº 05, de 10 de março de 1994.

Brasília, 15 de fevereiro de 2008.

SUZANA MODESTO DA SILVA
Coordenadora-Geral de Recursos Humanos
Substituta

Inscrição no CNPJ
00.394.494/0018-84
Ministério da Justiça/Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação Geral de Recursos humanos
Esplanada dos Ministérios 4º Andar Anexo II
CEP 70.064-900
Brasília-DF



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE**


Esplanada dos Ministérios - Anexo II - Sala 501
Brasília-DF, CEP: 70064-900 - Fone : (61) 3429-3815

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), relativo ao exercício financeiro 2007, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial das unidades jurisdicionadas 200354 e 200355 - da **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL - MS.**

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 13 de fevereiro de 2008.



Alvinho José Leite
Contador Responsável
CRC/DF nº 014393/O-7

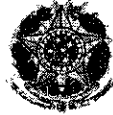


ANEXO C

Despesas com cartão de crédito corporativo

(conforme item I-1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)

Obs.: Caso não existam gastos com cartão inserir no "ROTEIRO DE VERIFICAÇÃO DE PEÇAS E CONTEÚDOS" a expressão "NÃO SE APLICA".



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL**

DEMONSTRATIVO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO

Tabela C1 - Cartão de crédito corporativo: série histórica das despesas pagas mediante fatura:

2005	2006	2007
1.026,06	1.732,36	343,00

Tabela x - Cartão de crédito corporativo: detalhamento das despesas pagas mediante fatura:

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
339030	Necessidade administrativa da unidade	402.696.120-68	58,00
339030	“““	040.147.766-54	125,00
339030	“““	338.896.431-91	160,00
Totais			343,00

Tabela C2 - Cartão de crédito corporativo: série histórica dos saques efetuados:

2005	2006	2007
6.640,00	22.841,95	15.452,50

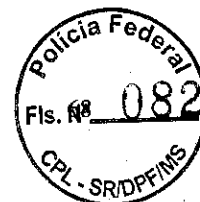


Tabela C3 – Cartão de crédito corporativo: detalhamento dos saques efetuados em 2007:

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
339030	Necessidade administrativa da unidade	774.959.421-34	1.145,45
339036	“	“	1.000,00
339039	“	“	805,00
339030	“	338.896.431-91	1.390,00
339036	“	“	440,00
339039	“	“	80,00
339030	“	402.696.120-68	440,00
339036	“	“	570,00
339039	“	“	110,00
339030	“	774.959.421-34	878,75
339036	“	“	800,00
339039	“	“	995,50
339030	“	156.787.501-78	479,00
339036	“	“	880,00
339039	“	“	928,80
339030	“	338.896.431-91	485,00
339036	“	402.696.120-68	490,00
339030	“	040.147.766-54	875,00
339036	“	“	1.000,00
339039	“	“	920,00
339030	“	338.896.431-91	540,00
339039	“	“	200,00
Totais			15.452,50

SUPORTE SUPRIMENTO DE FUNDOS V.S." CONCEDIDOS - EXERCÍCIO DE 2007 - UG 200.355"
 SUPRIMENTO DE FUNDOS CONCEDIDOS - FUNAPOI

CONCESSÃO				COMPROVAÇÃO			
N.º PROC.	NE	R\$	APLICAÇÃO	APRESENTAÇÃO	N.º PROC.	DESPESA	SALDO GRU
03/2007	900.001	5.000,00	12/02/07	13/05/07	11/06/07	5.000,00	-
05/2007	900.004	2.000,00	14/02/07	15/05/07	13/06/07	1.863,08	136,92
"	900.005	5.000,00	"	"	"	5.000,00	-
"	900.006	1.000,00	"	"	"	930,30	69,70
06/2007	900.010	500,00	06/03/07	04/06/07	03/07/07	500,00	-
"	900.011	2.500,00	"	"	"	2.500,00	-
"	900.012	500,00	"	"	"	347,00	153,00
12/2007	900.022	4.000,00	21/03/07	19/06/07	18/07/07	4.000,00	-
"	900.023	1.000,00	"	"	"	1.000,00	-
18/2007	900.029	500,00	24/04/07	23/07/07	21/08/07	498,30	1,70
"	900.030	3.000,00	"	"	"	3.000,00	-
"	900.031	500,00	"	"	"	-	500,00
21/2007	900.037	5.000,00	04/05/07	02/08/07	31/08/07	5.000,00	-
22/2007	900.038	5.000,00	04/05/07	02/08/07	31/08/07	1.000,00	4.000,00
23/2007	900.039	2.000,00	24/05/07	22/08/07	20/09/07	2.000,00	-
25/2007	900.043	3.000,00	08/05/07	06/08/07	04/09/07	3.000,00	-
"	900.044	5.000,00	"	"	"	5.000,00	-
26/2007	900.046	1.000,00	13/05/07	14/08/07	12/09/07	997,06	2,94
"	900.047	5.000,00	"	"	"	5.000,00	-
"	900.048	1.000,00	"	"	"	-	1.000,00
28/2007	900.049	8.000,00	23/05/07	21/08/07	19/09/07	8.000,00	-
"	900.050	3.000,00	"	"	"	3.000,00	-
30/2007	900.055	5.000,00	18/06/07	16/09/07	15/10/07	5.000,00	-
"	900.056	5.000,00	"	"	"	5.000,00	-
"	900.057	5.000,00	"	"	"	5.000,00	-
34/2007	900.074	500,00	19/07/07	17/10/07	15/11/07	500,00	-
"	900.075	3.500,00	"	"	"	3.500,00	-
36/2007	900.087	1.000,00	23/08/07	21/11/07	20/12/07	110,02	889,98
"	900.088	2.000,00	"	"	"	2.000,00	-



"BALANCETE CONSOLIDADO SUPRIMENTO DE FUNDOS "V.S." - EXERCÍCIO DE 2007 - UG 200.355"

Empenho	Valor Recebido	Letra "A"/36	Letra "B"/39	Letra "C"/36	Letra "D"/30	Valor Aplicado	Valor Recolhido	Letra "B"	Letra "C"	Letra "D"
900.001	5.000,00	5.000,00	-	-	-	5.000,00	-	-	-	-
900.004	2.000,00	-	-	-	1.863,08	1.863,08	136,92	-	-	136,92
900.005	5.000,00	5.000,00	-	-	-	5.000,00	-	-	-	-
900.006	1.000,00	-	1.000,00	-	-	930,30	69,70	69,70	-	-
900.010	500,00	-	500,00	-	500,00	500,00	-	-	-	-
900.011	2.500,00	2.250,00	-	250,00	-	2.500,00	-	-	-	-
900.012	500,00	-	-	-	347,00	347,00	153,00	-	-	153,00
900.022	4.000,00	1.340,00	-	2.660,00	-	4.000,00	-	-	-	-
900.023	1.000,00	-	1.000,00	-	-	1.000,00	-	-	-	-
900.029	500,00	-	-	-	-	498,30	1,70	-	-	1,70
900.030	3.000,00	3.000,00	-	-	-	3.000,00	-	-	-	-
900.031	500,00	-	-	-	-	-	500,00	500,00	-	-
900.037	5.000,00	5.000,00	-	-	-	5.000,00	-	-	-	-
900.038	5.000,00	1.000,00	-	-	-	1.000,00	4.000,00	-	4.000,00	-
900.039	2.000,00	2.000,00	-	-	-	2.000,00	-	-	-	-
900.043	3.000,00	2.500,00	-	500,00	-	3.000,00	-	-	-	-
900.044	5.000,00	-	5.000,00	-	-	5.000,00	-	-	-	-
900.046	1.000,00	-	-	-	997,06	997,06	2,94	-	-	2,94
900.047	5.000,00	5.000,00	-	-	-	5.000,00	-	-	-	-
900.048	1.000,00	-	-	-	-	-	1.000,00	1.000,00	-	-
900.049	8.000,00	-	-	-	8.000,00	8.000,00	-	-	-	-
900.050	3.000,00	1.900,00	-	1.100,00	-	3.000,00	-	-	-	-
900.055	5.000,00	-	-	-	5.000,00	5.000,00	-	-	-	-
900.056	5.000,00	5.000,00	-	-	-	5.000,00	-	-	-	-
900.057	5.000,00	-	5.000,00	-	-	5.000,00	-	-	-	-
900.074	500,00	-	-	-	500,00	500,00	-	-	-	-
900.075	3.500,00	3.500,00	-	-	-	3.500,00	-	-	-	-
900.087	1.000,00	-	-	-	110,02	110,02	889,98	-	-	889,98
900.088	2.000,00	2.000,00	-	-	-	2.000,00	-	-	-	-
900.112	1.500,00	-	-	-	1.500,00	1.500,00	-	-	-	-
900.113	1.500,00	1.500,00	-	-	-	1.500,00	-	-	-	-
900.114	1.500,00	-	1.500,00	-	-	1.500,00	-	-	-	-

900.116	3.000,00	-	-	1.388,11	1.388,11	1.611,89	-	-	1.611,89
900.115	4.000,00	3.800,00	200,00	-	4.000,00	-	-	-	-
900.117	6.000,00	-	563,62	-	563,62	5.436,38	5.436,38	-	-
900.125	5.000,00	5.000,00	-	-	5.000,00	-	-	-	-
900.126	1.000,00	-	-	100,00	100,00	900,00	-	-	900,00
900.127	3.000,00	2.900,00	90,00	-	2.990,00	10,00	-	10,00	-
900.131	1.000,00	-	-	-	-	1.000,00	-	-	1.000,00
900.132	4.000,00	4.000,00	-	-	4.000,00	-	-	-	-
900.143	6.000,00	-	-	851,67	851,67	5.148,33	-	-	5.148,33
900.144	2.000,00	2.000,00	-	-	2.000,00	-	-	-	-
900.145	2.000,00	-	-	-	-	2.000,00	2.000,00	-	-
900.158	3.500,00	-	-	3.500,00	3.500,00	-	-	-	-
900.159	4.500,00	4.500,00	-	-	4.500,00	-	-	-	-
900.160	2.500,00	-	2.500,00	-	2.500,00	-	-	-	-
900.177	4.000,00	-	-	2.254,16	2.254,16	1.745,84	-	-	1.745,84
900.178	4.000,00	1.000,00	-	-	1.000,00	3.000,00	-	3.000,00	-
900.179	2.000,00	-	580,00	-	580,00	1.420,00	-	1.420,00	-
900.208	6.000,00	6.000,00	-	-	6.000,00	-	-	-	-
900.211	3.000,00	6.000,00	-	-	3.000,00	-	-	-	-
900.215	6.000,00	6.000,00	-	-	6.000,00	-	-	-	-
900.226	4.000,00	-	-	4.000,00	4.000,00	-	-	-	-
900.232	4.000,00	4.000,00	-	-	4.000,00	-	-	-	-
TOTAL	170.500,00	91.190,00	17.643,62	30.911,10	141.473,32	29.026,68	9.006,08	8.430,00	11.590,60

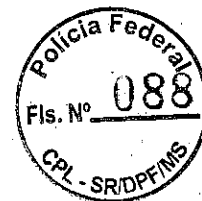
Ministério da Justiça
 Departamento de Polícia Federal
 Superintendência Regional em Mato Grosso do Sul
 Núcleo de Inteligência Policial



ASF	Memó	Loteção	Data de		Documentos		Classificação	Valor	Prazo		Recebimento da Comprovação	Avaliação da Comprovação	Proveniência Adotada	Recurso Devolvido
			Concessão	NE	OB	Aplicação			Comprovação					
3	0010/07-NIP	BIP Terena	12/2/2007	900.001	900.020	339036	5.000,00	12.02 a 12.05.07	13.05 a 11.06.07	12/3/2007	APROVADO	RELATADO	0,00	
5	0011/07-NIP	BIP Nip	14/2/2007	900.004	900.026	339030	2.000,00	14.02 a 14.05.07	15.05 a 13.06.07	6/6/2007	APROVADO	RELATADO	136,92	
"	"	"	"	900.005	"	339036	5.000,00	"	"	6/6/2007	APROVADO	RELATADO	0,00	
"	"	"	"	900.006	"	339039	1.000,00	"	"	6/6/2007	APROVADO	RELATADO	69,70	
6	0014/07-NIP	BIP Guaycurus	6/3/2007	900.010	900.029	339030	5.000,00	06.03 a 03.06.07	04.06 a 03.07.07	21/6/2007	APROVADO	RELATADO	0,00	
"	"	"	"	900.011	"	339036	2.500,00	"	"	21/6/2007	APROVADO	RELATADO	0,00	
"	"	"	"	900.012	"	339039	500,00	"	"	21/6/2007	APROVADO	RELATADO	153,00	
12	0035/07-NIP	BIP Terena	21/3/2007	900.022	900.057	339036	4.000,00	21.03 a 18.06.07	19.06 a 18.07.07	10/4/2007	APROVADO	RELATADO	0,00	
"	"	"	"	900.023	"	339039	1.000,00	"	"	10/4/2007	APROVADO	RELATADO	0,00	
18	0055/07-NIP	BIP Caiuás	24/4/2007	900.029	900.096	339030	500,00	24.04 a 22.07.07	23.07 a 21.08.07	26/7/2007	APROVADO	RELATADO	1,70	
"	"	"	"	900.030	"	339036	3.000,00	"	"	26/7/2007	APROVADO	RELATADO	0,00	
"	"	"	"	900.031	"	339039	500,00	"	"	26/7/2007	APROVADO	RELATADO	500,00	
21	0047/07-NIP	BIP Paiguás	4/5/2007	900.037	900.114	339036	5.000,00	05.05 a 01.08.07	02.08 a 31.08.07	10/8/2007	APROVADO	RELATADO	0,00	
22	0048/07-NIP	BIP Zagaya	4/5/2007	900.038	900.115	339036	5.000,00	04.05 a 01.08.07	02.08 a 31.08.07	9/8/2007	APROVADO	RELATADO	4.000,00	
23	0077/07-NIP	BIP Xaraés	24/5/2007	900.039	900.141	339036	2.000,00	24.05 a 21.08.07	22.08 a 20.09.07	15/6/2007	APROVADO	RELATADO	0,00	
25	0079/07-NIP	BIP Terena	8/5/2007	900.043	900.119	339036	3.000,00	08.05 a 05.08.07	06.08 a 04.09.07	8/6/2007	APROVADO	RELATADO	0,00	
"	"	"	"	900.044	"	339039	5.000,00	"	"	8/6/2007	APROVADO	RELATADO	0,00	
26	0078/07-NIP	BIP Caiuás	16/5/2007	900.046	900.131	339030	1.000,00	16.05 a 13.08.07	14.08 a 12.09.07	20/8/2007	APROVADO	RELATADO	2,94	
"	"	"	"	900.047	"	339036	5.000,00	"	"	20/8/2007	APROVADO	RELATADO	0,00	
"	"	"	"	900.048	"	339039	1.000,00	"	"	20/8/2007	APROVADO	RELATADO	1.000,00	
28	0090/07-NIP	BIP Terena	23/5/2007	900.049	900.136	339030	8.000,00	23.05 a 20.08.07	21.08 a 19.09.07	3/7/2008	APROVADO	RELATADO	0,00	
"	"	"	"	900.050	"	339036	3.000,00	"	"	3/7/2008	APROVADO	RELATADO	0,00	
30	0102/07-NIP	BIP Terena	18/6/2007	900.055	900.169	339030	5.000,00	18.06 a 15.09.07	16.09 a 15.10.07	4/9/2007	APROVADO	RELATADO	0,00	
"	"	"	"	900.056	"	339036	5.000,00	"	"	4/9/2007	APROVADO	RELATADO	0,00	
"	"	"	"	900.057	"	339039	5.000,00	"	"	4/9/2007	APROVADO	RELATADO	0,00	
34	0115/07-NIP	BIP Guaycurus	19/7/2007	900.074	900.192	339030	500,00	19.07 a 16.10.07	17.10 a 15.11.07	26/10/2007	APROVADO	RELATADO	0,00	
"	"	"	"	900.075	"	339036	3.500,00	"	"	16/10/2007	APROVADO	RELATADO	0,00	
36	0119/07-NIP	BIP Guarani	23/8/2007	900.087	900.226	339030	1.000,00	23.08 a 20.11.07	21.11 a 20.12.07	4/12/2007	APROVADO	RELATADO	889,98	
"	"	"	"	900.088	"	339036	2.000,00	"	"	4/12/2007	APROVADO	RELATADO	0,00	
38	0125/07-NIP	BIP Terena	22/8/2007	900.112	900.224	339030	1.500,00	22.08 a 19.11.07	20.11 a 19.12.07	26/11/2007	APROVADO	RELATADO	0,00	
"	"	"	"	900.113	"	339036	1.500,00	"	"	26/11/2007	APROVADO	RELATADO	0,00	
39	0127/07-NIP	BIP Nip	23/8/2007	900.116	900.225	339039	1.500,00	"	"	26/11/2007	APROVADO	RELATADO	0,00	
"	"	"	"	900.115	"	339036	3.000,00	23.08 a 20.11.07	21.11 a 20.12.07	20/12/2007	APROVADO	RELATADO	1.611,89	
"	"	"	"	900.117	"	339039	4.000,00	"	"	20/12/2007	APROVADO	RELATADO	0,00	
41	0130/07-NIP	BIP Paiguás	5/9/2007	900.125	900.240	339036	5.000,00	05.09 a 03.12.07	04.12 a 31.12.07	20/12/2007	APROVADO	RELATADO	5.436,38	
42	0129/07-NIP	BIP Caiuás	5/9/2007	900.126	900.241	339030	1.000,00	05.09 a 03.12.07	04.12 a 31.12.07	10/12/2007	APROVADO	RELATADO	0,00	
"	"	"	"	900.127	"	339036	3.000,00	"	"	27/11/2007	APROVADO	RELATADO	900,00	
44	0140/07-NIP	BIP Zagaya	10/9/2007	900.131	900.246	339030	1.000,00	10.09 a 03.12.07	04.12 a 31.12.07	27/11/2007	APROVADO	RELATADO	10,00	
"	"	"	"	900.131	"	339036	1.000,00	"	"	7/12/2007	APROVADO	RELATADO	1.000,00	



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



Tomada de Contas
2007

ITEM

IV



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SETOR DE RECURSOS HUMANOS**

DECLARAÇÃO

DECLARO, para em cumprimento ao previsto no Art. 4º, inciso IV da IN/TCU nº 047/2004, que os servidores responsáveis pelas unidades constantes do Rol de Responsáveis do Departamento de Polícia Federal, estão em dia com a apresentação da Declaração de Bens e Rendias relativa ao exercício de 2.007, ano base 2006, na forma da Lei 8.730/93.

Campo Grande/MS, 12 de fevereiro de 2008.


DAGOBERTO OASK GRANDINETTI LEMES
Chefe do Setor de Recursos Humanos do DPF/MS

Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Federal
Superintendência Regional em Mato Grosso do Sul

Nº	Processo	Nome	Data	Matrícula	Valor	Data	Valor	Data	Status	Valor
47	0153/07-NIP	BIP Caiuás	"	900.132	4.000,00	04.12 a 31.12.07	4.000,00	7/12/2007	APROVADO	0,00
"	"	"	"	900.143	6.000,00	19.09 a 03.12.07	6.000,00	10/12/2007	APROVADO	5.148,33
"	"	"	"	900.144	2.000,00	"	"	10/12/2007	APROVADO	0,00
"	"	"	"	966.145	2.000,00	"	"	10/12/2007	APROVADO	2.000,00
50	0165/07-NIP	BIP Terena	8/10/2007	900.158	3.500,00	08.10 a 03.12.07	3.500,00	4/12/2007	APROVADO	0,00
"	"	"	"	900.159	4.500,00	"	"	4/12/2007	APROVADO	0,00
"	"	"	"	900.160	2.500,00	"	"	4/12/2007	APROVADO	0,00
53	0178/07-NIP	BIP Guarani	8/11/2007	900.177	4.000,00	08.11 a 04.12.07	4.000,00	4/12/2007	APROVADO	1.745,84
"	"	"	"	900.178	4.000,00	"	"	4/12/2007	APROVADO	3.000,00
"	"	"	"	900.179	2.000,00	"	"	4/12/2007	APROVADO	1.420,00
55	0205/07-NIP	BIP Terena	5/12/2007	900.208	6.000,00	05.12 a 20.12.07	6.000,00	4/12/2007	APROVADO	0,00
56	0201/07-NIP	BIP Guaycurus	7/12/2007	900.211	3.000,00	07.12 a 20.12.07	3.000,00	17/12/2007	APROVADO	0,00
57	0206/07-NIP	BIP Nip	11/12/2007	900.215	6.000,00	11.12 a 20.12.07	6.000,00	20/12/2007	APROVADO	0,00
58	0208/07-NIP	BIP Guaycurus	13/12/2007	900.226	4.000,00	13.12 a 20.12.07	4.000,00	21/12/2007	APROVADO	0,00
59	0209/07-NIP	BIP Terena	14/12/2007	900.232	4.000,00	14.12 a 20.12.07	4.000,00	20/12/2007	APROVADO	0,00
TOTAL DE VERBA SECRETA CONCEDIDA:										170.500,00
TOTAL DE RECURSOS DEVOLVIDOS:										29.026,68





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



Tomada de Contas
2007

ITEM

V



ANEXO D

Recomendações de órgãos de controle

(item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

“NÃO HOUVE”

Anexo F - Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício (item 11 do Anexo II da DN-TCU-85/2007)



EXERCÍCIO DE 2007 – SR/DPF/MS

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC Quantidade
Admissão	62	
Desligamento	18	
Aposentadoria	03	
Pensão	00	

Obs.: Os atos de Admissão, Desligamento, Aposentadoria e Pensão, são instruídos nos Recursos Humanos do DPF, e aprovados e efetivados pela Diretoria de Gestão de Pessoal, Órgão Central de Recursos Humanos localizado em Brasília/DF, desta forma esta descentralizada não têm acesso ao SISAC e não mantém controle dos julgamentos do TCU.

Campo Grande/MS., 28 de fevereiro de 2008.


DAGOBERTO OASK GRANDINETTI LEMES
Chefe do Setor de Recursos Humanos do DPF/MS